



Anais da Assembléia

N° 30

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 05 DE ABRIL DE 1995

ANO XXI

Mesa Diretora

ANIBAL KHURY
Presidente - PTB

LUIZ CARLOS ZUK
1º Vice-Presidente - PDT

NEIVO BERALDIN
2º Vice-Presidente - PP

LUIZ CARLOS MARTINS
1º Secretário - PDT

NELSON GARCIA
2º - Secretário - PFL

EDGARD BUENO
3º Secretário - PSDB

JOÃO TECHI
4º Secretário - PPR

ABIB MIGUEL
Diretor Geral

Lideranças

Governo	Deputado ALGACI TÚLIO
PDT	Deputado VALDIR LUIZ ROSSONI
PMDB	Deputado CAÍTO QUINTANA
PFL	Deputado ÉLIO RUSCH
PT	Deputado ÂNGELO VANHONI
PP	Deputado SÉRGIO SPADA
PPR	Deputado CÉSAR SELEME
PSC	Deputado JOSELITO CANTO
PTB	Deputado NELSON JUSTUS
PSDB	Deputado CESAR SILVESTRI

Representação Partidária

PMDB - 12: Orlando Pessuti - José D. Mattos do Amaral - Cleiton Kielse - Nereu A. de Moura - Renato G. Ardur - Ricardo Chab - Caíto Quintana - José Maria Ferreira - Celso Samis da Silva - Toti Colaço - José Tavares S. Neto - Luiz Cláudio Romanelli; **PP - 10:** Albanor J. F. Gomes - Dullio Genari - Irondi Pugliesi - Geraldo Cartário Ribeiro - Antônio Anibelli - Sérgio Spada - Augustinho Zucchi - Joel G. Coimbra - Neivo Beraldin - Edson Silva Lino; **PDT - 09:** Algaci Túlio - Antonio Belinatti - Luiz Carlos Martins - Luiz Carlos Zuk - Luiz R. Accorsi Motta - Edno Guimarães - Valdir Rossoni - Milton J. Pupio - Nelson Turek; **PTB - 06:** Luiz Carlos Alborghetti - Marcos Alves - Aníbal Khury - Nelson Justus - Eduardo Trevisan - Hermas Brandão; **PFL - 06:** Carlos Simões - Nelson Garcia - Reny Borsato - Élio Lino Rusch - Plauto Miró Guimarães - Basílio Zanusso; **PT - 05:** Emerson Nerone - Irineu Mário Colombo - Florisvaldo Fier (Dr. Rosinha) - Péricles H. Mello - Ângelo Vanhoni; **PSDB - 03:** Edgar Bueno - Beto Richa - César Silvestri; **PPR - 02:** João T. Filho - César A. Seleme; **PSC - 01:** Joselito Canto.

1.ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 13.ª LEGISLATURA
ATA DA 20.ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 05 DE ABRIL DE 1995
(QUARTA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Luiz Carlos Zuk, secretariada pelos Senhores Deputados Nelson Garcia e Luiz Carlos Alborghetti.

A hora regimental, é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Anibal Khury, Luiz Carlos Zuk, Neivo Beraldin, Luiz Carlos Martins, Nelson Garcia, Edgard Bueno, Techy Filho, Albanor Gomes, Algaci Túlio, Ângelo Vanhoni, Antonio Belinati, Antônio Annibelli, Basílio Zanusso, Beto Richa, Caíto Quintana, Carlos Simões, Cesar Seleme, Cezar Silvestri, Duílio Genari, Durval Amaral, Edno Guimarães, Edson Lino, Élio Rusch, Emerson Nêrone, Florisvaldo Fier, Irineu Colombo, Irondi Pugliesi, Joel Coimbra, José Marcos Alves, José Maria Ferreira, José Tavares, Jocelito Canto, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Claudio Romanelli, Milton Puppio, Nelson Justus, Nelson Tureck, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Péricles Mello, Plauto Miró Guimarães, Renato Adur, Reni Borsatto, Ricardo Chab, Sâmis da Silva, Sergio Spada, Toti Colaço, Valdir Rossoni e Walmor Trentini (50). Achando-se ausentes os seguintes Senhores Deputados: Augustinho Zucchi, Cleiton Kielse, Eduardo Trevisan e Geraldo Cartário.

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

S E S S Ã O

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - Procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO - Procede à leitura do seguinte

E X P E D I E N T E:

Indicação:

INDICAÇÃO

Senhor Presidente.

Os Líderes que o presente subscrevem, indicam os membros para integrarem a Comissão Especial do MERCOSUL, conforme Requerimento nº 166/95 aprovado em 06.03.95:

Partido	Membro
PT	Irineu Mário Colombo
PP	Sérgio Spada
PMDB	Caíto Quintana

PDT	Luiz Carlos Zuk
PFL	Plauto Miró
PSDB	Edgar Bueno
PTB	Eduardo Trevisan

Sala das Sessões, em 05.04.95
 (aa) ÂNGELO VANHONI - Líder do PT
 SÉRGIO SPADA - Líder do PP
 CAÍTO QUINTANA - Líder do PMDB
 ROSSONI - Líder do PDT
 CEZAR SILVESTRI - Líder do PSDB
 NELSON JUSTUS - Líder do PTB
 ÉLIO RUSCH - Líder do PFL

Requerimentos:

REQUERIMENTO N° 711

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, Regime de Urgência ao Projeto de Lei nº 19/95, de autoria do Deputado Anibal Khury, que dispõe sobre a destinação de recursos a programas de assistência ao menor.

Sala das Sessões, em 05.04.95
 (a) ANIBAL KHURY

REQUERIMENTO N° 676

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e, com fundamento no disposto pelo artigo 187, § 4º do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o Plenário, dispensa de discussão e votação da redação final para os projetos aprovados em 2ª discussão, constantes da Ordem do Dia da presente sessão, que não tenham sofrido emendas no curso de sua tramitação.

Sala das Sessões, em 05.04.95
 (a) LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

REQUERIMENTO N° 678

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, conste em Ata da presente sessão voto de pesar, pelo falecimento do Sr. Newton Martins.

Requer ainda, que a decisão desta Casa, seja dada ciência à família enlutada à Avenida Vicente Machado, nº 522, ap. 112, Ponta Grossa, PR.

Sala das Sessões, em 05.04.95
 (a) LUIZ CARLOS ZUK

REQUERIMENTO N° 679

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, conste em Ata da presente Sessão, voto de

pesar. pelo falecimento da Senhora Leocádia Blageski Novak.

Requer ainda, que a decisão desta Casa, seja dada ciência à família enlutada, à Rua República do Peru, n° 131, Ronda - Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 05.04.95.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

REQUERIMENTO N° 680

Senhor Presidente.

O Deputado, que o presente subscreve, no uso de suas atribuições, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja concedido voto de congratulações ao SENAI, pela comemoração do 30° Aniversário de sua inauguração.

O SENAI prepara pessoas para o exercício de uma profissão e tem o objetivo de abrir horizontes a indivíduos, porque libera a sociedade de primários e incapazes, substituindo-os por profissionais competentes, gente devidamente capacitada.

Requer ainda, que a decisão desta Casa, seja dada ciência ao SENAI, à rua Dr. J. P. Xavier, 1050 - Ponta Grossa - PR.

Sala das Sessões, em 05.04.95.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

REQUERIMENTO N° 681

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições, REQUER, após ouvido o Plenário, seja concedido voto de congratulações à Fundação 31 de Março, pela realização da VI Copa do Mundo de Ponta Grossa.

Em homenagem da Cidade de Ponta Grossa e da Fundação Educacional 31 de Março à Organização das Nações Unidas pela passagem de seu 50° aniversário de criação, dedicados aos ideais de liberdade, de paz e desenvolvimento da humanidade.

Requer ainda, que a decisão desta Casa, seja dada ciência à Fundação Educacional 31 de Março, à Avenida Vicente Machado, 864 - Ponta Grossa - 84010-000.

Sala das Sessões, em 05.04.95.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

REQUERIMENTO N° 700

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos Anais da sessão de hoje, votos de congratulações pela passagem da "Data Nacional do Senegal", comemorada em 04 de abril próximo passado.

Requer ainda, que do presente se dê ciência ao Cônsul da República do Senegal no Paraná, Dr. Ozeil Moura dos Santos, através de correspondência a ser enviada ao Consulado: Rua Dr. Corrêa Coelho, 280 - Jardim Botânico - CEP: 80210-350 - Curitiba

ba / PR.

Sala das Sessões, em 05.04.95.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO N° 708

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o douto Plenário, sejam formulados e inseridos na Ata dos trabalhos do Poder Legislativo, votos de congratulações à jornalista Roseli Abrão, pela sua estreia como colunista política do jornal Diário Popular.

Que do teor do presente dê-se ciência, além da homenageada, ao Diretor-Presidente da Editora Diário Popular Ltda., Abdo Aref Kudri.

Sala das Sessões, em 05.04.95.

(a) ALGACI TÚLIO

JUSTIFICATIVA:

Jornalista do maior gabarito, há muitos anos atuando na área política paranaense, Roseli Abrão é uma profissional reconhecida pela sua competência e seriedade.

A presença da referida jornalista na equipe do jornal Diário Popular, conceituado veículo na imprensa paranaense, é a garantia de informações corretas e análises abalizadas sobre a cena política do Estado do Paraná. Conhecedores dos méritos da jornalista Roseli Abrão, temos certeza de que sua permanência no Diário Popular será marcada pelo brilhantismo que lhe é peculiar.

REQUERIMENTO N° 712

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, e após ouvido o douto Plenário, REQUER o envio de voto de congratulações à Associação de Citricultores do Paraná - ACIPAR, pela sua constituição.

Requer ainda que da decisão desta Casa seja dada ciência à Diretoria daquela Associação, no Município de Paranavaí.

Sala das Sessões, em 05.04.95.

(a) BASÍLIO ZANUSSO

JUSTIFICATIVA:

Recentemente, os citricultores da região Noroeste do Estado, reuniram-se em Paranavaí para constituírem a ACIPAR - Associação dos Citricultores do Paraná, cuja diretoria eleita e empossada é presidida pelo dinâmico empresário Rogério Lorenzetti. Evidentemente que o objetivo e finalidade principais dessa Associação é trabalhar pelo êxito dessa atividade agrícola incipiente e torná-la uma das mais promissoras e interessantes alternativas para a nossa economia agrícola.

Desde a década de 60, o Ministério da Agricultura interditou e proibiu o plantio

de cítricos em quase todo o Estado do Paraná, em virtude da constatação do "cancro cítrico" em nossos pomares. Ao contrário do que fez o Estado de São Paulo, ainda no Governo Jânio Quadros, o Paraná não executou uma política séria e competente de combate àquela praga, a qual inibe os importadores mais tradicionais do Brasil.

Nosso Estado produzia apenas 10 a 15% do seu consumo, enquanto dispunhamos de terras próprias e clima excelente para produção necessária ao abastecimento interno desse produto. Lideranças políticas e órgãos associativos do Paraná lançaram-se numa grande campanha visando o fim e a suspensão do ato ministerial. Era preciso plantar laranja e limão no Paraná.

A Assembléia Legislativa do Paraná muito contribuiu com esse movimento vitorioso, pois constituiu uma Comissão Especial de Combate ao cancro cítrico, cuja presidência coube a este Parlamentar e que teve como membros os ilustres Deputados Orlando Pessuti e Paulo Furiatti. Prefeitos, Vereadores, alguns Deputados Federais e Senadores, todos formamos uma grande força. Tão grande, que o então Ministro da Agricultura, atual Senador Pedro Simon, nos recebeu em Comissão e reconhecendo a relevância do assunto, prometeu estudar e oferecer uma solução o mais breve possível.

No governo José Richa, o ilustre Ministro, cumprindo seu compromisso com o Paraná, assinou o primeiro ato ministerial que dava início à liberação das primeiras áreas do Estado do Paraná para o plantio de árvores cítricas.

Pois bem, liberadas nossas terras, atendido o pleito justo de décadas, era necessária uma iniciativa para desencadear o início da almejada atividade. Foi quando um grupo econômico formado pela Cooperativa dos Agricultores de Maringá (COCAMAR), Cooperativa Agrícola de Nova Londrina e uma empresa americana, resultou na constituição da CITROCOOP, responsável pelo projeto pioneiro de implantação da nossa citricultura, objetivando o plantio de 30.000 hectares de laranja e a instalação da indústria na Cidade de Paranaíba. O projeto recebeu a adesão e apoio de muitos proprietários rurais, inclusive deste que vos fala.

Decorridos pouco mais de cinco anos, tem-se notícia que a primeira fase do projeto estava plenamente concretizada, ou seja, a existência de 6.000 hectares plantados e a respectiva indústria já instalada nas proximidades da Cidade de Paranaíba. Disso, todos nos orgulhamos.

Sabe-se também que, das três empresas que originariamente formavam a CITROCOOP, apenas a COCAMAR, hoje COCAMAR-CITROS, restou, assumindo o projeto por inteiro.

Aliás, sempre foi notória a presença majoritária e decidida daquela cooperativa nos assuntos pertinentes ao projeto em tela.

Evidentemente, são cinco anos de muito trabalho e grandes dificuldades. A administradora do projeto vem investindo grandes somas desde a formação de canteiros, distribuição de mudas, formação de técnicos e, por último, a aquisição e instalação da moderna indústria. Para os citricultores o quadro não é diferente: plantio das mudas, aquisição de tratores, máquinas, implementos, permanente atenção com a manutenção da cultura e combate às pragas e doenças, sempre com produtos químicos caríssimos, além da aplicação de insumos e defensivos indispensáveis. Somente após quatro anos é que se verifica razoável retorno, com as primeiras safras.

Portanto, era inevitável que diante de tantas dificuldades e obstáculos surgissem algumas dúvidas e divergências entre os plantadores de laranja e a empresa executora do projeto: atual COCAMAR-CITROS.

Dai, ser oportuno e até urgente a organização dos citricultores numa associação própria para poder dirimir suas dúvidas e negociar seus interesses junto à COCAMAR-CITROS, de forma permanente e democrática.

Não tenho nenhuma dúvida que a ACIPAR nasce forte, pois além do jovem e dinâmico presidente Rogério Lorenzetti, ela conta com expressivas lideranças de várias cidades da região e ainda dos ex-Prefeitos de Paranaíba, Senhores Benedito Pinto Dias, Dionízio Dal Prá e Rubens Felipe, além de Pedro Garcia de Alto Paraná, todos produtores, por imposição estatutária.

Esta Casa, que sempre dispensou sua melhor atenção aos acontecimentos mais importantes da nossa economia, não podia deixar de registrar o nascimento da ACIPAR, que haverá de contribuir sobejamente para o fortalecimento de nossa citricultura.

REQUERIMENTO N° 701

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, no que dispõe o Artigo 132, § 1°, inciso III do Regimento Interno desta Casa, REQUER, a inserção em Ata de voto de louvor ao Doutor Rendas J. Vilela Batista e a Direção do Hospital Angelina Caron, pelo prêmio recebido no Congresso Mundial de Cirurgia Cardíaca, realizado este ano em Brasília-DF.

Sala das Sessões, em 05.04.95

(a) CAÍTO QUINTANA

JUSTIFICATIVA:

O Hospital Angelina Caron, tem desempenhado um grande papel junto à comunidade de Curitiba e Região Metropolitana, bem como a toda população do Estado do Paraná,

Curitiba, quarta, em 05.04.95

pela sua grande preocupação em promover o bem-estar de seus pacientes, através de tratamento personalizado, nas áreas administrativa e médica.

O resultado disso é um hospital com uma taxa zero de infecção hospitalar e muitos prêmios de âmbito nacional e internacional conquistados pelo seu quadro clínico, o que faz com que o Hospital Angelina Caron e seus profissionais sejam conhecidos no mundo inteiro.

Prova disso é o Congresso Mundial de Cirurgia Cardíaca realizado este ano em Brasília, onde o mundo pôde contemplar toda a capacidade e genialidade do Dr. Randas J. Vilela Batista, que com um novo método de cirurgia cardíaca chamado de Ventrilectomia Parcial, trouxe para o Paraná pela segunda vez consecutiva o prêmio de 1º lugar deste congresso.

Sendo assim venho prestar esta homenagem e solicitar que a mesma seja feita por escrito através desta Casa de Leis à Diretoria do Hospital Angelina Caron e ao Dr. Randas J. Vilela Batista.

Hospital Angelina Caron - PR 506, Km 1, nº 195, Araçatuba, Campina Grande do Sul, CEP: 83.430-000.

Dr. Randas J. Vilela Batista - Rua Carlos Razeira, nº 08, Vista Alegre, Curitiba-PR, CEP: 80.810-040.

REQUERIMENTO Nº 713

Senhor Presidente.

Consoante o que prescreve o Regimento Interno, o adiante nominado, Deputado com assento nesta Casa, REQUER à Mesa, seja oficiado ao Senhor Gerson Guelman, da Secretaria da Chefia de Gabinete do Governador do Estado, solicitando ao mesmo que informe à Assembléia Legislativa qual o valor pago pelo Governo do Estado para a contratação, sem licitação, da empresa Hannover Fairs do Brasil S/C Ltda, para a organização e administração da participação oficial brasileira na Feira Industrial de Hannover/95, na Alemanha, no período de 03 a 08.04.95.

Requer-se, outrossim, seja remetido a esta Casa o contrato firmado com a sobre dita empresa, especificando as funções que serão exercidas pela contratada.

Cabe destacar que mencionadas informações se destinam a esclarecimento público.

Sala das Sessões, em 05.04.95

(a) EMERSON NERONE

REQUERIMENTO Nº 682

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente ao Senhor Governador do Estado, no sentido de prestar esclarecimentos quanto a indenização pela

desapropriação do Lote nº 7, Quadra 4, Jardim Itiberê, de propriedade do Sr. Rodinei Carlos Piccinini.

Já foi feito através deste Gabinete um Pedido de Informações, datado de 19 de setembro de 1994, porém nada foi esclarecido. Segue cópia anexa do nosso Pedido de Informações. É necessário uma solução urgente, tendo em vista que o Sr. Rodinei mora em casa alugada e terá que sair da mesma em 03.05.95 e infelizmente não tem onde morar. A desapropriação foi feita pela COMEC para construção de manancial.

Sala das Sessões, em 05.04.95

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

"REQUERIMENTO

SÚMULA: Pedido de Informações ao Governo do Estado

Senhor Presidente.

Deputado Orlando Pessuti

Nesta Assembléia

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja enviado ao Senhor Governador do Estado o seguinte Pedido de Informações:

I - Por quê até a presente data o proprietário do lote nº 7, Quadra 4, Jardim Itiberê, no Município de Piraquara, não foi indenizado pela desapropriação do seu terreno ocorrido há um ano atrás para a construção de um manancial?

II - Qual é a previsão para a referida indenização ser paga ao proprietário do lote desapropriado?

Sala das Sessões, em 19.09.94

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

Deputado Estadual"

REQUERIMENTO Nº 683

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente à Prefeitura Municipal de Almirante Tamandaré, no sentido de atender o pedido da Associação de Moradores AMCORADO, localizada na Rua João Batista de Siqueira, nº 509, a qual solicita o fornecimento de manilhas ou subsídios das mesmas, barateando o custo para os moradores, tendo em vista que já foi feita pesquisa dos preços pela Associação, os quais apresentaram-se muito elevados e conseqüentemente inviável a aquisição por parte deles.

Com o atendimento do presente toda a comunidade será beneficiada.

Sala das Sessões, em 05.04.95

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 684

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente ao Senhor Governador do Estado, para que instrua ao órgão competente, providências quanto a um muro da Guarda Mirim, localizado à Avenida Anita Garibaldi, o qual está caindo.

O pedido está sendo feito, tendo em vista que no local há um ponto de ônibus e antes que aconteça algum acidente, pede-se que o problema seja resolvido o mais breve possível.

Sala das Sessões, em 05.04.95

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 685

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente ao Senhor Governador do Estado, para que instrua a Companhia de Saneamento do Paraná - SANEPAR, no sentido de sanar o problema de falta de água na Rua David Bodziak, proximidades do n° 750 - Cachoeira.

O pedido está sendo feito pelos moradores do local, os quais afirmam que há 08 (oito) anos existe o problema e quando a água é fornecida é feita de forma esporádica, causando muitos transtornos a toda comunidade.

Sala das Sessões, em 05.04.95

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 686

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente à Telecomunicações do Paraná S.A. - TELEPAR, no sentido de instalar um aparelho telefônico público na Rua José Felipe, 219, na Mercaria da Lúcia, no bairro de Santo Inácio. O pedido está sendo feito pelos moradores da comunidade, os quais serão muito beneficiados com a instalação do mesmo.

Sala das Sessões, em 05.04.95.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 687

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente à Telecomunicações do Paraná S.A. - TELEPAR, no sentido de agilizar a transferência do telefone 67.1286, da Cidade de Sengés - PR, de contrato n° 2301-00042-1, de propriedade do Senhor Kassem Mohamed Issa.

O pedido de transferência já foi feito há um ano e meio atrás para a TELEPAR, porém até a presente data a mesma não foi concretizada. Maiores informações podem ser obtidas com o Senhor Kassem pelo telefone 262-8708.

Sala das Sessões, em 05.04.95.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 688

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente à Telecomunicações do Paraná S.A. - TELEPAR, no sentido de atender o pedido que está sendo feito pelos moradores de Almirante Tamandaré, bairro Tranqueira, os quais solicitam a instalação de um aparelho telefônico público para a localidade de Venda Velha, mais especificamente em frente à Escola Rural Municipal Santa Ana. Alegam eles que o telefone mais próximo fica a 2 km desse local, dificultando muito a vida de todos, principalmente ao precisarem telefonar por motivos urgentes.

Pede-se que o pedido seja atendido pois será de grande valia para toda a comunidade.

Sala das Sessões, em 05.04.95.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 689

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente ao Senhor Governador do Estado, para que instrua a Companhia de Saneamento do Paraná - SANEPAR, no sentido de sanar o problema de água muito suja que está sendo fornecida às residências da Rua Theóphilo Mansur, proximidades do n° 814 - Bairro Novo Mundo. A reclamação está sendo feita pelas moradoras dessa rua, as quais afirmam que não têm condições de lavar a roupa, pois com a água suja elas ficam encardidas.

Pede-se providências urgentes pois muitos transtornos estão sendo causados a todos.

Sala das Sessões, em 05.04.95.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 690

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente ao Senhor Governador do Estado, para que instrua ao Comando da Polícia Militar do Paraná, no sentido de determinar policiamento nas danceterias Zom e 360 Graus situadas na

Rua Anne Frank, próximo ao terminal do Carmo - Boqueirão.

Nestes locais não há segurança e a venda de bebidas alcoólicas para menores é livre, além de que ocorrem o uso de drogas e a prostituição acontece livremente.

Pedem os moradores das proximidades que haja um policiamento ostensivo a fim de coibir os acontecimentos expostos.

Sala das Sessões, em 05.04.95.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 692

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente à Telecomunicações do Paraná S.A. TELEPAR, no sentido de atender o pedido da Sra. Orlanda Maria de Mello Pedro, moradora à Rua Cel. Domingos Teodorico de Freitas, 513 - Bairro Novo B - Sítio Cercado, a qual solicita a transferência do telefone n° 0446-224798, de Umuarama para Curitiba, tendo em vista que ela é diabética e possui problema de coração, necessitando urgentemente desse telefone. Para maiores esclarecimentos, pede-se entrar em contato com a Sra. Orlanda, pelo telefone do seu trabalho, cujo n° é 349-5051.

Sala das Sessões, em 05.04.95.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 693

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente à Prefeitura Municipal de Campo Largo, no sentido de tomar providências quanto o esgoto da Rua Santa Catarina, 158 - Itaqui - Campo Largo. O mesmo não tem escoamento e os detritos ficam parados em frente ao endereço citado. O mau cheiro é insuportável e o perigo de contração de doenças é muito provável, principalmente porque neste endereço mora um casal de idosos. Pede-se providências urgentes, pois a situação tem se agravado a cada dia.

Sala das Sessões, em 05.04.95.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 694

Senhor Presidente.

O Parlamentar que o presente subscreve, no uso de suas atribuições, REQUER, após ouvido o Plenário, o encaminhamento de expediente ao Dr. Miguel Salomão, Secretário de Estado da Fazenda, solicitando a alteração da NPF 59/94, item 7.1.2. de 01 de julho de 1994.

Sala das Sessões, em 05.04.95.

(a) WALMOR TRENTINI

JUSTIFICATIVA:

Desde a criação do ICMS até a edição da NPF 59/94, os recolhimentos eram realizados na Agência de Rendas da Receita Estadual. Esta sempre desempenhou seu mister com dedicação e eficiência, pelo seu quadro funcional, altamente capacitado para tanto.

Com a mudança do procedimento instituído pela NPF 59/94, item 7.1.2, isto gerou dificuldades e transtornos principalmente aos produtores rurais.

A NPF 59/94 determina que o ICMS seja recolhido somente nas agências do Banco do Estado do Paraná S/A. Ocorre que os funcionários desta casa bancária não preenchem a Guia "GR-3".

Os contribuintes, na sua maioria, são pessoas simples, humildes e de pouco estudo, sem condições de proceder o preenchimento da GR-3, e muito menos contratar os serviços de um escritório de contabilidade para assim fazê-lo.

Ademais, o horário de funcionamento dos bancos é das 10hs às 15hs; tempo insuficiente para que os contribuintes cumpram suas obrigações com o Fisco.

É impossível transportar os produtos agrícolas, pois os "freteiros" não aceitam carregar seus caminhões no período da tarde, haja vista que tem que aguardar até o dia seguinte, às 10hs para só após a quitação do ICMS, seguir viagem.

Sujeitar os contribuintes ao exíguo horário bancário e às suas normas é tolher o direito de ir e vir. Não é só o horário bancário o principal transtorno, mas também o precioso tempo dispendido nas filas e seu deslocamento da zona rural para a urbana.

Antes da NPF 59/94 o recolhimento de ICMS era realizado nas Agências de Rendas da Receita Estadual das 09hs às 18hs e jamais houve filas.

Somando-se a isso, os produtores rurais correm o risco de preencher a nota fiscal erroneamente, ou recolher erroneamente o ICMS e posteriormente ser autuados pelos fiscais de estrada. Não há estrutura física, intelectual nem psicológica para os bancos assumirem tal encargo que é da competência das Agências de Rendas, que já contam com funcionários altamente treinados.

Por isso, solicitamos a alteração da NPF 59/94, a fim de que os recolhimentos sejam realizados também na Agência de Rendas.

Apresentamos sugestão para nova redação do item 7.1.2 da NPF 59/94:

7.1.2 - GR-3

Os recolhimentos serão efetuados, exclusivamente, em:

a) Agência do BANESTADO, ou Agência de Rendas, quando o saldo for devedor;

b) Posto Fiscal aos sábados, domingos e feriados nacional e estadual, hipótese em que será vedado o aproveitamento de créditos.

REQUERIMENTO N° 695

Senhor Presidente.

O Parlamentar que este subscreve, no uso de suas atribuições (art. 129 e seguintes do Regimento Interno), REQUER o envio de expediente ao Doutor MIGUEL SALOMÃO, Secretário de Estado da Fazenda, reivindicando a reativação da Delegacia Regional da Receita Estadual em Paranavaí.

Sala das Sessões, em 05.04.95.

(a) WALMOR TRENTINI

JUSTIFICATIVA:

A Cidade de Paranavaí é pólo de núcleos regionais dos principais serviços públicos à disposição da população e região.

Abrange ela todos os 29 municípios da AMUNPAR - Associação dos Municípios do Noroeste Paranaense.

As dificuldades financeiras por que passam os municípios paranaenses é notória. Este empobrecimento provocado pela baixa arrecadação, em especial o ICMS, está lastreada em grande parte na sonegação de ICMS do contribuinte do setor rural e urbano, que em virtude da crise econômica, busca reduzir sua suspensão financeira na sonegação de impostos.

É fator primordial do Estado, a presença constante dos agentes fiscais, distribuídos entre as Delegacias Regionais, para uma arrecadação correta e efetiva, objetivando a autuação dos sonegadores, que causam prejuízos irreparáveis ao Estado e municípios do Paraná.

Em Paranavaí funcionava a 10.^a Delegacia Regional da Receita Estadual de Renditas, com sede própria, casa residencial, almoxarifado, etc., sob sua jurisdição 33 municípios.

Anos atrás foi desativada, transferindo as atividades para a Delegacia Regional de Maringá, distante 75 km.

Com isso, o Estado do Paraná deixou de ter uma fiscalização mais efetiva no controle de arrecadação, desguarnecendo todo o extremo-noroeste da presença contínua e necessária dos agentes fiscais da "Receita Estadual".

Algumas dúvidas - quando existentes - são solucionadas em Maringá, gerando um acúmulo de serviço naquela Regional; somando-se a isso, 32 famílias da Cidade de Paranavaí ter que se deslocarem a Maringá para exercer idêntica função que desempenhavam na 10.^a Regional da Receita Estadual.

Paranavaí ainda dispõe da antiga sede (edificação) com capacidade para abrigar e ser reativada a 10.^a Delegacia Regional da

Receita, além do corpo fiscal, sem oneração aos cofres do Estado, como sempre ocorreu.

A pretendida reativação da 10.^a Delegacia Regional da Receita Estadual em Paranavaí não gera acréscimo de despesas aos cofres do Estado; pelo contrário, aumento de arrecadação e combate aos sonegadores, bem como a minimização ao reclamos das Prefeituras por falta de recursos financeiros.

Entidades como Associação Comercial e Industrial de Paranavaí, Câmara de Vereadores de Paranavaí, Sindicato do Comércio Varejista de Paranavaí, Sindicato dos Bancários, Sociedade Rural do Norte do Paraná, Sindicato dos Contabilistas e Sindicato Patronal de Paranavaí apresentaram reivindicação em 1993, sem lograr êxito.

A pretensão vem de encontro aos interesses do Estado, municípios e entidades em geral.

REQUERIMENTO N° 696

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Doutor ARMANDO MARTINHO BARDOU RAGGIO, Mui Digno Secretário de Estado da Saúde, solicitando a doação de uma ambulância para a Associação dos Renais Crônicos de Umuarama e Região - ARECURE, sediada em Umuarama.

Do aprovado, requer ainda seja comunicado ao Senhor JOÃO DANTAS TENÓRIO, Presidente da ARECURE (Rua Jussara, 3407 - CEP 87501-010) e ao Deputado Federal ALEXANDRE CERANTO (Rua Des. Munhoz de Mello, 3800, Ed. Comercial, Conj. 101, 1º andar, Umuarama - CEP 87501-190).

Sala das Sessões, em 05.04.95.

(a) NELSON GARCIA

JUSTIFICATIVA:

A referida entidade foi criada para integrar os portadores de insuficiência crônica de Umuarama e dos municípios pertencentes à AMERIOS. Enfrenta sérias dificuldades financeiras para a compra de medicamentos essenciais para a vida dos seus associados, que na grande maioria são pessoas carentes sem vencimento algum.

A doação de uma ambulância muito contribuirá no transporte emergencial em casos de transplantes, ou quando o doente passa mal e necessita locomover-se ao hospital.

REQUERIMENTO N° 697

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o

envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Doutor DENI SHWARTZ, Mui Digno Secretário de Estado dos Transportes, solicitando pavimentação asfáltica do trecho de acesso do Distrito de Jangada à PR-486, no Município de Cafezal do Sul, numa extensão de 7 km.

Do aprovado, requer ainda seja comunicado ao Senhor MOISÉS MENDES SANCHES, Prefeito Municipal de Cafezal do Sul (Av. W. Davis, 756); Vereador JOSÉ ALTINO DE SOUZA, Presidente da Câmara Municipal de Cafezal do Sul; Vereador JURACI RIBEIRO DE ALENCAR (Câmara Municipal, Av. Ítalo Orcelli, 658 - CEP 87567-000); Deputado Federal ALEXANDRE CERANTO (Rua Des. Munhoz de Mello, 3800, Ed. Comercial, Conj. 101, Umuarama - CEP 87501-190).

Sala das Sessões, em 05.04.95.

(a) NELSON GARCIA

JUSTIFICATIVA:

O Distrito de Jangada é um dos mais importantes do Município de Cafezal do Sul, justamente pela sua potencialidade na agricultura. Necessita desta pavimentação para amenizar as dificuldades enfrentadas pela sua população, notadamente na época do escoamento da safra agrícola.

Esta reivindicação é um anseio antigo que merece ser atendido, uma vez que é um trecho pequeno, de somente 7 kms, mas que proporcionará muita facilidade de acesso aos moradores.

REQUERIMENTO N° 698

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor DENI SCHWARTZ, Mui Digno Secretário de Estado das Transportes, solicitando a pavimentação asfáltica da estrada que liga o Município de Perobal ao Distrito de Salatinho do Oeste, no Município de Alto Piquiri.

Do aprovado, requer ainda, seja comunicado o Senhor ELIAS PEREIRA DA SILVA, Prefeito Municipal de Alto Piquiri (Rua Santos Dumont, 315 - CEP 87580-000); Senhor ANTÔNIO ROMERO FILHO, Prefeito Municipal de Umuarama (Av. Rio Branco, 3717 - CEP 87501-130) e Deputado Federal ALEXANDRE CERANTO (Rua Des. Munhoz de Mello, 3800, Ed. Comercial, Conj. 101, Umuarama - CEP 87501-190).

Sala das Sessões, em 05.04.95

(a) NELSON GARCIA

JUSTIFICATIVA:

A pavimentação asfáltica do trecho em questão, é uma obra de grande importância para a economia local e da região, tendo em vista a precária conservação da estrada, que resulta em inúmeras dificuldades que se antepõem ao setor de transporte de

cargas, principalmente na época de comercialização da safra agrícola, bem como o transtorno que a população enfrenta em dias de chuva.

REQUERIMENTO N° 699

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor HERMAS BRANDÃO, Mui Digno Secretário de Estado da Agricultura, solicitando a readequação da estrada Cachoeirinha, no Município de Douradina.

Do aprovado, requer ainda, seja comunicado aos Senhores HERMÍNIO FRANÇA, JOSÉ GONÇALVES, JOÃO BATISTA, JOÃO DE ABREU, ADONIAS ALVES e HÉLIO CORSINI (Câmara Municipal de Douradina, Av. Rio Branco, 320 - CEP 87485-000) e Deputado Federal ALEXANDRE CERANTO (Rua Des. Munhoz de Mello, 3800, Ed. Comercial, Conj. 101, 1° andar, Umuarama - CEP 87501-190).

Sala das Sessões, em 05.04.95

(a) NELSON GARCIA

JUSTIFICATIVA:

A estrada em questão pertence a um região extremamente agrícola, necessitando de readequação para facilitar o escoamento da safra, bem como o acesso de seus moradores.

REQUERIMENTO N° 702

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja enviada mensagem de felicitação e reconhecimento à Associação Comercial e Industrial de Cascavel - ACIC, por ocasião da passagem dos seus 35 anos de fundação.

Com mais de 800 associados, a ACIC hoje é palco de discussão dos interesses de toda a comunidade, sendo tão importante quanto o Poder Público Municipal. É uma história de lutas e conquistas, a exemplo de sua participação decisiva no processo de consolidação e reconhecimento da UNIOESTE e no convencimento do Governo do Estado sobre a necessidade da construção da FERROESTE, que veio para consolidar o progresso da região.

Sala das Sessões, em 05.04.95.

(a) EDGAR BUENO

REQUERIMENTO N° 706

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Exmo. Sr. Governador do Estado, solicitando cópia dos contratos celebrados com as empresas abaixo:

1 - AGRITEC - Empreendimentos Topográficos, Agrimensura e Aerofotogrametria, referente à execução de parte do levantamento topobatimétrico; elaboração do projeto básico e fiscalização da execução da obra;

2 - ESTEIO - Engenharia e Aerolevamentos S.A., referente à execução de parte do levantamento topobatimétrico.

Ambos os contratos se referem a serviços relacionados com as obras do canal do Rio Iguçu.

Sala das Sessões, em 05.04.95.

(a) PÉRICLES DE MELLO

JUSTIFICATIVA:

As informações solicitadas são necessárias para subsidiar estudos que estamos realizando sobre as enchentes do Rio Iguçu.

REQUERIMENTO N° 707

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Exmo. Sr. Governador do Estado, solicitando as seguintes informações:

1 - Houve convênio entre a FUNDEPAR e a Prefeitura Municipal de Paulo Frontin para a construção da Escola Municipal Olavo Bilac, na linha Iguçu, naquele município, entre os anos de 1988 e 1992. Caso positivo, enviar cópia do referido convênio.

2 - Houve prestação de contas do convênio acima referido? Caso positivo enviar cópia da mesma.

Sala das Sessões, em 05.04.95.

(a) PÉRICLES DE MELLO

JUSTIFICATIVA:

As informações solicitadas são necessárias para esclarecer indagações de moradores daquele município.

REQUERIMENTO N° 704

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após a ouvida do Plenário, REQUER informações ao Sr. Dante Bellinati Guazzi, M.D. titular da Secretaria de Estado de Obras Públicas, sobre o processo de construção da ponte sobre o Rio Paraná entre os Municípios de Icaraíma e Vila Alta, na região denominada Porto Camargo.

A obra em questão foi regularmente licitada e iniciada durante o período compreendido pelo Governo Álvaro Dias. Desde aquele período, há mais de cinco anos, a obra está completamente paralisada. Esta paralisação prejudica diretamente a Região Noroeste do Estado, além dos incommensuráveis prejuízos que o abandono da obra acarreta aos cofres públicos. A ponte, ou-

trossim, tem localização estratégica, eis que, concluída, possibilitará direto acesso entre regiões agro-produtoras do Mato Grosso do Sul e do Noroeste do Paraná, viabilizando notável crescimento econômico para aquelas regiões. Em última análise, ganharia o Estado do Paraná.

Pelo exposto, o presente requerimento tem o objetivo de buscar informações sobre o estado atual da obra e as atuais providências para sua conclusão, de responsabilidade da Secretaria de Estado de Obras Públicas.

Sala das Sessões, em 05.04.95.

(a) ÂNGELO VANHONI

REQUERIMENTO N° 705

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após a ouvida do Plenário, REQUER informações ao Sr. Eduardo Rocha Virmond, M.D. titular da Secretaria de Estado da Cultura, sobre o processo de desmonte do periódico cultural independente "Nicolau" e sua transformação em órgão de difusão oficial das realizações governamentais na área de cultura.

O periódico em questão sempre se destacou, durante os seus oito anos de existência, pela independência, pela criatividade e pela universalidade com que as matérias referentes à cultura sempre foram tratadas. Periódico de destaque nacional, sempre foi exemplo de modernidade em relação à difusão da cultura. Polêmico, o "Nicolau" nunca se submeteu aos poderosos de ocasião.

Pelo exposto, o presente requerimento tem o objetivo de buscar informações sobre o processo denunciado de desmonte da estrutura do "Nicolau" e sua transformação em órgão oficial de informação da Secretaria de Estado da Cultura do Paraná.

Sala das Sessões, em 05.04.95.

(a) ÂNGELO VANHONI

Projetos de Resolução:

PROJETO DE RESOLUÇÃO N° 009/95

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

R E S O L V E:

Art. 1° - O art. 107 e incisos da Resolução 159/90, passam a ter a seguinte redação:

Art. 107 - A sessão plenária da Assembléia Legislativa do Paraná será transformada em Comissão Geral por proposta conjunta de todos os líderes, ou por 1/3 (um terço) dos membros do Poder Legislativo, para cumulativamente:

I - debater matéria relevante:

II - apreciar matéria, em regime de urgência, ou quando a Comissão de Consti-

tuição e Justiça - CCJ, tenha deixado de votar projeto por mais de 15 (quinze) dias;

III - na impossibilidade ou impedimento das comissões permanentes se manifestarem.

§ 1º - A Assembléia será constituída em Comissão Geral, com a aprovação da maioria absoluta de votos.

§ 2º - O requerimento propondo a constituição da Assembléia em Comissão Geral só será submetido à discussão e votação decorridas 24 (vinte e quatro) horas de sua apresentação e deverá conter desde logo, o objeto, o dia e hora da reunião.

Art. 2º - Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 05.04.95.

(a) IRINEU COLOMBO

Apoiamto: Ângelo Vanhoni, Emerson Nerone, Péricles de Mello e Doutor Rosinha.

JUSTIFICATIVA:

A proposição visa fortalecer o papel das comissões permanentes do Poder Legislativo. As atribuições concernentes às comissões reforçam e instrumentalizam melhor a deliberação em Plenário; uma vez que o maior tempo para apreciação de projetos, aliado ao apoio técnico-jurídico, econômico e social nas comissões permitem aos Parlamentares melhor desempenho de suas funções.

Outra vantagem qualitativa se verifica com o estreitamento de vínculo com a sociedade, posto que os Deputados, na elaboração de seus pareceres, podem viabilizar a participação popular, através da manifestação de entidades da sociedade civil sobre assuntos que lhe dizem respeito.

Ao contrário da Comissão Geral, as comissões permanentes, que dispõem de no mínimo 48 (quarenta e oito) horas, quando o projeto está em regime de urgência e até quinze dias (dez dias para emitir o parecer - art. 51 - podendo ser prorrogado por mais cinco dias - 51, § 1º) têm mais tempo para análise das proposições, permitindo aos Deputados deliberar com segurança e amplitude, evitando o cometimento de injustiças, ilegalidades e inconstitucionalidades, que o atropelo da Comissão Geral pode gerar.

Em suma, limitar a prática da Comissão Geral significa resguardar a imagem do Legislativo e permitir ao Parlamentar melhor cumprimento de suas atribuições legislativas e democráticas.

PROJETO DE RESOLUÇÃO N° 010/95
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

R E S O L V E:

Art. 1º - Ficam alterados os artigos 144 e 176 do Regimento Interno, na forma que especifica.

"Art. 144 - Nenhum projeto de lei, de resolução ou de decreto legislativo poderá ser discutido, sem que tenha sido divulgado e publicado na Ordem do Dia, pelo menos vinte e quatro horas antes".

"Art. 176 - Nenhum projeto será discutido sem que tenha sido divulgado e publicado na Ordem do Dia, pelo menos vinte e quatro horas antes".

Art. 2º - Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 05.04.95.

(a) IRINEU COLOMBO

Apoiamto: Ângelo Vanhoni, Doutor Rosinha, Péricles de Mello e Emerson Nerone.

JUSTIFICATIVA:

É de suma importância para qualquer legislador o conhecimento prévio das matérias que tramitam nesta Casa de Leis. Para se poder votar uma proposição com conhecimento de causa, necessita que tenha o Deputado um pleno conhecimento do teor dos projetos, para que os mesmos não entrem em votação sem serem devidamente analisados. O atraso da publicação pelo Diário da Assembléia dos projetos que dão entrada no Plenário, chegam a mais de uma semana, não possibilitando aos Deputados um prévio conhecimento de todas as proposições que tramitam nesta Assembléia Legislativa. Para tanto, achamos que é de inteira justiça a aprovação do Projeto de Resolução que ora apresentamos.

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI N° 096/95
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica concedido o Título de Cidadão Honorário do Paraná, ao Senhor André Antonio Maggi.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 05.04.95

(a) SÉRGIO SPADA

JUSTIFICATIVA:

André Antonio Maggi, nasceu em Torres, Estado do Rio Grande do Sul, no dia 03 (três) de janeiro de 1927, sendo filho de Antonio André Maggi e Carolina L. Maggi.

Casou-se no ano de 1952, com Lúcia Borges Maggi, sendo que desta união tiveram cinco filhos, já sendo avós de 14 ne-

tos.

No ano de 1955, mudou-se com a família, saindo do Rio Grande do Sul e vindo morar em São Miguel do Iguaçu, Estado do Paraná, para trabalhar como Administrador da Serraria São Pedro Ltda., de propriedade da Colonizadora Gaúcha Ltda., no ramo madeireiro.

Em 1967, fundou a Serraria São Vicente Ltda., naquele município, e em 1973, a Empresa Patrulha Mecanizada Macol Ltda., já que havia começado a era de mecanização de terras para a agricultura naquela região, principalmente para soja e milho.

No ano de 1977, fundou a Empresa Sementes Maggi Ltda., investindo na Agricultura, na compra de soja e na produção de Sementes, quando em 1979 começou a investir também no Mato Grosso, na plantação de soja e na criação de gado, no município de Rondonópolis. Posteriormente, vendo a necessidade de comercialização de soja naquele Estado, em 1982 foi aberta uma filial de Sementes Maggi Ltda.

No entanto, o que nos leva a lhe conceder este título, não é pelo que o mesmo possui, mas sim, pelo seu espírito de desbravador, de quem muito contribuiu para o desenvolvimento tanto econômico como social de nosso Estado, onde teve participação direta no progresso e desenvolvimento de São Miguel do Iguaçu-PR, onde reside até hoje, e sempre esteve empenhado nas mais justas causas da comunidade, tais como: construção de asilos, igrejas, clubes sociais, quadras de esportes, tanto na sede como no interior do município, demonstrando ter um grande amor pelo Paraná assim como pela sua gente, sendo um homem de pouco estudo mas de uma grande visão em prol do desenvolvimento.

Propondo o Diploma de Cidadania Honorária do Paraná, queremos homenagear na pessoa de André Antonio Maggi, toda uma classe de homens abnegados que, com destemor e espírito desbravador e humanitário, lutam para um Brasil melhor, que acima de seus bens materiais preocupam-se com as classes menos favorecidas, não medindo esforços em colaborar em tudo que for útil e necessário ao desenvolvimento e ao bem comum, pois jamais se preocupou só consigo, mas com todos.

PROJETO DE LEI N° 097/95
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica concedido ao Sr. Herbert de Souza, o "Betinho", o título de Cidadão Honorário do Paraná.

Art. 2° - A entrega do Título deverá se realizar em Sessão Pública e Solene da Casa, na forma do parágrafo 4° do art. 77,

do Regimento Interno.

Art. 3° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas quaisquer disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 05.04.95

(a) ÂNGELO VANHONI

JUSTIFICATIVA:

No Brasil contemporâneo existem diversas personalidades que, pelo seu trabalho em prol da sociedade, dos menos favorecidos, dos oprimidos e dos excluídos, mereceriam imenso reconhecimento e a mais digna das homenagens.

Mas, se existe alguém cujos méritos são tão destacáveis e admiráveis, que justifiquem para tal personalidade a concessão do título de "Cidadão Honorário do Paraná" seria exercício da mais pura tautologia, esse alguém é Herbert de Souza, o "Betinho".

Por este, e por incontáveis outros motivos, principalmente pelo exemplo de cidadania à fraternidade que o "Betinho" representa, é que propomos a concessão do título de "Cidadão Honorário do Paraná" a tão admirável personalidade.

PROJETO DE LEI N° 098/95
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Declara de Utilidade Pública a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância de Paracity, do Município de Paracity, no Paraná.

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 05.04.95

(a) BASÍLIO ZANUSSO

JUSTIFICATIVA:

A APMI de Paracity foi fundada em 1973 com a finalidade de dar proteção e assistência à maternidade e à infância em geral, velando pela saúde, bem-estar e às necessidades básicas da criança e da gestante, especialmente.

Durante todos estes anos, a entidade tem cumprido fielmente os objetivos a que se propôs, tendo, inclusive, alargado sua esfera de atendimento, proporcionando, na medida do possível, boas condições de atendimento às crianças e gestantes. No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Deputado Jocelito Canto.

O SR. JOCELITO CANTO - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Alguns assuntos nos trazem de volta à tribuna da Assembléia hoje, assuntos que são do interesse da comunidade nossa do Paraná e também da comunidade dos Campos Gerais.

Primeiro para cumprimentar nesta Casa de Leis, a participação importante da 3.^a Regional da Saúde de Ponta Grossa através do comandante daquele Departamento de Estado e que de forma, brilhante, conduziu para que os problemas referentes aos hospitais da Região que - nunca deixaram de atender - fosse rapidamente sanado através de uma audiência marcada por essa chefe da 3.^a Regional, a Vânia, e que, desta forma, reunida com os hospitais de Ponta Grossa se conseguiu chegar a uma conclusão e o atendimento vai prosseguir. O atendimento nunca deixou de ser feito em Ponta Grossa. Houve, na verdade, o aproveitamento dos hospitais da Capital dos Campos Gerais - Ponta Grossa, no sentido de que se propagasse um pouco a situação difícil que os hospitais estão.

Mas graças à participação direta e eficiente que acaba de assumir a 3.^a Regional da Saúde, vemos resolvido o problema, os hospitais se reuniram com o Secretário Armando e ficou definido de que os hospitais vão continuar atendendo a população da região sem problema algum. Então gostaria de registrar aqui a competência desta, que é para mim, uma jovem funcionária do Estado e que vem comandar - a partir de agora, o destino da 3.^a Regional da Saúde de Ponta Grossa. Aproveito a oportunidade, também, para fazer aqui um registro da presença da vice-Governadora, hoje, Governadora em exercício - Emília Belinati, que veio aqui, ontem, não só para nos visitar mas veio também para mostrar que o Paraná está embuído da maior razão possível de fazer um grande Paraná. E ontem estando aqui, a vice-Governadora do Paraná, Emília Belinati assinou algumas nomeações que estavam paradas. E desta forma faz com que o Paraná ande. Queria registrar esse agradecimento através do nosso querido Belinati que está aqui, que leve isso a nossa governadora em exercício.

Mas também gostaríamos de registrar que ao chegarmos aqui no gabinete, recebemos a correspondência que é emitida até os gabinetes dos Srs. Deputados, e lá estranhemos, que, de repente, recebemos um jornal chamado "O Bocão", e esse jornal numa atitude assim, me parece, teoricamente destinada a chamar-nos de traidores, coloca lá os nomes dos Deputados. Dizendo que os Srs. Deputados traíram os servidores e fizeram andar jornal para o Paraná inteiro: Deputados que traíram os funcionários; Deputados que foram contra os funcionários que não votaram os 25%. E lá apresenta-se o nome dos Deputados que votaram ao lado do Governo porque acreditam no Governo.

E esse jornal de forma complicada coloca lá que nós somos traidores. Mas como é que se julga uma pessoa, um Deputado, um Parlamentar, um Governo com apenas três

meses de mandato ou menos do que isto? É isto que eu queria questionar. Como é que se pode dizer que alguém é traidor sem se conhecer esta pessoa? Simplesmente se diz o fulano é traidor porque votou contra os interesses dos funcionários.

Quero ver, Sr. Presidente, demais companheiros, se daqui a seis meses esse jornal vai nos chamar de traidor. E quero ver daqui a seis meses como é que eles vão fazer para juntar as penas que eles subiram em cima de um prédio e jogaram para cima dizendo que os Deputados são traidores. Para chamar alguém de traidor é preciso provar que ele é traidor. Não se diz que alguém é traidor quando esta pessoa não é conhecida, não é conhecido o seu trabalho, não é conhecido o seu estilo. Simplesmente se dizer: o fulano é traidor. Os Deputados que aparecem abaixo são traidores. Quero conversar com esse Bocão daqui a seis meses. Quero ver se eles vão ter coragem de falar isto. Mas dar tempo ao tempo, nada mais justo, nada mais racional do que se dar tempo ao tempo e eu por ocasião da votação disse aqui diante dos sindicalistas que nunca temi, disse diante deles que estavam aqui, que eu iria votar porque preferia confiar num Governo que estava começando com dois meses do que um Governo que propõe um aumento de 25% e esteve no Poder e nada fez pelo período de oito anos.

Então, meus amigos, Srs. Deputados, a imprensa aqui, eu acho que não se pode antes de se conhecer uma pessoa atribuí-la de ser traidor. Vamos esperar passar o tempo. Já dizia minha mãe, funcionária pública há vinte e cinco anos lá no Rio Grande do Sul, de que o tempo é o melhor argumento e é este tempo que vamos esperar e daqui a seis meses quero ver se esse jornal, não sei se é jornal ou o que é, que afinal me parece que quem paga ele, não sei de onde é pago, mas quero ver se daqui a seis meses ele vai ter coragem de dizer quem são os verdadeiros traidores.

Aí quero ver daqui a seis meses quando o Governo fizer o cargo de planos de trabalho e de salário para os funcionários, daí quero ver quem é que vai ser o traidor.

Espero que pelo menos na ética, não sou jornalista formado, sou formado nos microfones das emissoras por onde passei e lá aprendi que a ética deve ser respeitada.

E espero que daqui a seis meses esse jornal se é que é jornal, tenha a dignidade pelo menos de dizer quem são os verdadeiros traidores.

É isto, Senhor Presidente, que gostaria de registrar nesta tarde aqui.

Traidor, daqui a seis meses nós vamos falar.

Muito obrigado, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Com a palavra o Senhor Deputado Rosinha.

O SR. DOUTOR ROSINHA - Senhor Presidente, Senhores Deputados, Senhora Deputada. Há cerca de dez dias atrás o Líder do PDT nesta Casa aventou a hipótese de solicitar uma CPI na SANEPAR.

Simultaneamente estive reunido com alguns técnicos daquele órgão no qual levantaram indícios de irregularidades.

Alguns desses indícios aventados naquela reunião são os seguintes: um deles dizendo que o programa de saneamento ambiental da nossa cidade e da Região Metropolitana estava sofrendo uma auditoria do Banco Mundial, porque suspeitava-se de aplicações irregulares da verba do Banco Mundial.

Outro indício levantado por eles, inclusive através de documentação fotográfica, é que a licitação, ou melhor, o leilão da venda de inservíveis.

Não era justamente para vender materiais inservíveis, mas sim materiais em boas condições, como este que demonstra a fiação, este que mostra essa foto, várias balanças ao relento para que adquirissem ferrugem para que pudesse ser vendidas; ou esta foto que diz ser de rolemãs importadas, que não são usadas pela SANEPAR, mas sim ficam tempo ao relento e depois são vendidas por menos da metade do preço como material inservível.

Outro caso levantado é que através de empresas, ou seja, terceirizando o serviço durante o período eleitoral, houve a contratação de cerca de 1500 funcionários sem ter a necessidade dessas contratações.

Outro indício de irregularidade diz respeito também a contratação de uma empresa para o fornecimento de reservatórios de água à METALNOR.

Esses técnicos me informaram que a SANEPAR fez uma licitação pública para a compra desses reservatórios.

E que a METALNOR, apesar de ter parecer técnico contrário, foi autorizada a sua contratação pela direção daquela Casa.

Dizem eles que esta empresa recebeu à vista por trezentos e sessenta reservatórios, entregou trinta, dias depois faliu.

Há também indícios de que a Editora Hoje, após ter já sido liberado um pagamento por serviços prestados, foi cancelado o pagamento àquela Editora, e não sabemos a razão de tal cancelamento, mas que é necessário que seja apurado.

E finalmente, quase que confirmando isto e outros indícios de irregularidade, a "Folha de Londrina" traz hoje matéria de quase página toda dizendo que a Construtora Itajuí Empreendimentos ganhou uma con-

corrência de, aproximadamente 1,6 milhões de reais, paralisou as obras, e somente fez 4,5%. E assim diz da D.M., da PAVIBRAZ, CASA BLANCA, CG PARANÁ, aonde algumas dessas empresas receberam cerca de 90% do valor das obras e, executaram simplesmente 5,2, 6% dessas obras.

Esse Deputado, em contato com a liderança do PDT, uma vez que aquela liderança tinha ocupado a Tribuna desta Casa dizendo que solicitaria uma CPI em comum acordo desse Deputado com a liderança do PDT, Deputado Valdir Rossoni, passaremos a colher assinaturas hoje para a instalação dessa Comissão Parlamentar de Inquérito.

Acho que os indícios são mais do que suficientes para que esta Casa de manifeste no sentido de apurar se há ou não irregularidades, porque não pode permanecer suspeitas sobre o serviço público, e sobre se quer nenhum Governo desse Estado.

Nesse sentido é que pedimos o apoio e a assinatura dos Senhores Deputados ao nosso Requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Com a palavra o Deputado Luiz Carlos Romanelli.

O SR. LUIZ CARLOS ROMANELLI - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Venho a esta Tribuna, nesta tarde, para registrar aqui a minha decepção com os políticos paranaenses.

Nós todos aqui temos assistido através da televisão, lido nos jornais, ouvido entrevistas nas rádios, pronunciamentos que já foram feitos nesta Casa, nesta Tribuna, por ilustres homens públicos paranaenses, que falam muito em união, mas que na prática cada um puxa para um lado e o Paraná acaba sendo o filho enjeitado da União.

Agora mesmo estamos vendo no Paraná todo o brado de nossos agricultores, clamando por uma política de preços, uma política de financiamento, uma política agrícola que possa, na verdade, traduzir o bem-estar para maioria da população paranaense, que mora no interior e que precisa de uma política justa para poder continuar fazendo com que o nosso campo seja um campo produtor das melhores safras deste País.

Agora mesmo estamos assistindo o Paraná ser o Estado enjeitado da União, porque nem constamos, pelo levantamento que fez o Deputado Paulo Bernardo, do PT de Londrina, do Orçamento da União. O Paraná não é considerado como Estado federado, porque não participamos da distribuição dos recursos não vinculados da União.

Estamos assistindo, agora mesmo no Paraná, a Caixa Econômica Federal de forma

violenta, numa ação que de forma muito absurda quebra o estado democrático, depois da votação expressiva que teve o Senhor Fernando Henrique Cardoso, no Paraná, com as promessas de justiça social.

E agora estamos vendo os mutuários da Caixa Econômica que tiveram, um dia, enganada a sua vontade de ter uma casa digna, estão hoje, sendo de novo enganados.

Primeiro foram enganados... pelos empreiteiros que construíram casas de péssima qualidade, casas de 20 a 27 metros quadrados, super faturadas, e agora estão sendo enganados pela Caixa Econômica. Porque a Caixa, de forma extra-judicial, está promovendo despejos, e saibam Srs. Deputados que têm base no interior do Estado, os Srs. vão ver o grito que se fará, neste Paraná. Por quê? Porque a Caixa Econômica, de maneira insensível, está promovendo a maior ação de despejo da História do Paraná.

Por isso tenho a certeza, lendo os jornais, que nós paranaenses, temos que traduzir, em ação prática o discurso da União. Ou nos entrosamos e defendemos posições que são justas, ou vamos ver ações como a de um Juiz da Comarca de Apucarana, que quer despejar agora 710 famílias, no conjunto D. Romeu Alberti, o famoso Morro da Formiga. Casas de péssima qualidade e que agora a Caixa Econômica quer reaver estas casas, porque aqueles pobres mutuários não conseguiram pagar as prestações.

Por isso, meus companheiros, Deputados Estaduais, Sr. Presidente, temos que traduzir em ação concreta. Peço a nossa Governadora, que é uma mulher sensível, que intervenha para que não aconteçam os despejos que estão programados no Paraná. E que se possa também, na verdade, se dar fim a esse processo licitatório que a Rede Ferroviária quer fazer aqui em Curitiba nesta área central, que, na verdade, por um valor simbólico. É quase o valor do IPTU que uma área no anel central de Curitiba paga.

Os paranaenses têm que fazer valer a sua vontade, a sua determinação e cobrar do Governo Federal: cobrar postura de justiça para com o nosso Estado.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - A Mesa anuncia a presença em nosso plenário do vice-Prefeito de Paissandu, Sr. Jonas de Lima, acompanhado do Vereador de Florestópolis, Ivan.

Passamos a palavra ao Deputado Nelson Tureck.

O SR. NELSON TURECK - Sr. Presidente, Srs.

Deputados.

O trabalho, a luta, a decência, a defesa incansável destes Parlamentares juntamente com a população do Estado do Paraná, em parte já obteve êxito. Recebemos - e também os Srs. Deputados devem ter recebido em seus gabinetes - aonde fizemos pronunciamento nesta Casa de Leis dizendo do absurdo que acontece com o nosso agricultor. Aonde um agricultor que fez um financiamento em 1994 pagou equivalência a 700 sacas de soja. Dia 15 de abril de 1994. Dia 15 de abril de 1995 duas mil sacas de soja, isso não é possível, isso não podemos admitir! Em ação conjunta, vemos uma parte positiva já do governo. Uma só mas não é a solução. Recebemos aqui, do Presidente, Agib Meneguetti, dizendo que "o Governo, através de uma resolução, em virtude da defasagem entre a correção dos preços dos produtos agrícolas e a incidência da TR, nos contratos de FINAME Rural, o Governo decidiu dar uma prorrogação até 2 anos aos mutuários.

Contudo, nas suas normas sobre a prorrogação, o BNDS diz que essa possibilidade alcança apenas os contratos firmados até dia 30 de abril de 1993." Muito bem, até aí, concordamos, é uma atitude elogiável do Agib Meneguetti e o Governo Federal. Mas temos o problema ainda daqueles agricultores que fizeram seu financiamento ano passado. O problema está não só até 93, o problema está até hoje, até o ano de 1995.

E, portanto, pedimos ao Presidente desta Casa para que faça um ofício ao Sr. Presidente dizendo da preocupação desta Casa de Leis com os nossos agricultores e que essa prorrogação seja estendida também aos contratos firmados, após o dia 1º de maio de 1994 até 1995, porque achamos que é de direito. Precisamos dar um crédito e levantar a bandeira do agricultor aqui, nesta Casa de Leis. Dizendo, ainda, a respeito do Deputado Romanelli, a respeito quando ele fez o uso dizendo o que a Caixa Econômica está fazendo com o nosso trabalhador.

Quero me solidarizar com você e levantar essa bandeira. Porque não dá para aceitar essas coisas neste país. O dinheiro que foi roubado do nosso trabalhador, que dia a dia, mês a mês, ano a ano, trabalhando com dificuldade para conseguir esta casa e hoje essas mensuralidades absurdas e digo mais, Deputado Romanelli, o Governo Federal deveria dar de graça uma casa de 27 metros. Aonde está a justiça que se fala neste país? Enquanto o Governo fazia, nós precisamos deixar aqui registrado, enquanto a casa da família que era construída com 48 metros e 52 metros, uma prestação hoje de 10 a 14 reais e nós vemos uma casa de 27 metros, uma prestação de 40 a 50 e até 90 reais. Não podemos aceitar isto também.

Esta Casa de Leis tem que vir em defesa do nosso trabalhador e não aceitar que a Caixa Econômica faça um absurdo com o

povo do Paraná e não é só com o povo do Paraná. Está se fazendo isto com o povo do Brasil inteiro porque entendo que isto é um assalto à mão armada e o nosso trabalhador não tem culpa que quando liberaram o dinheiro para as empreiteiras construírem essas casas roubaram 60% desse dinheiro e hoje quer que o nosso trabalhador que vive sofrido, penalizado que não tem muitas vezes saúde, educação no país, ter que estar pagando empreiteiras, pagando 25 anos, 25 anos uma prestação. Isto não podemos admitir.

Era isto que queria deixar registrado aqui hoje nesta Tribuna e também me solidarizar junto ao Deputado Jocelito que disse dos sindicatos que colocaram o nosso nome. Só queria dizer o seguinte: podem colocar quantas vezes quiserem o meu nome, o Nelson Tureck, podem colocar que agradeço. Por quê? Porque sou um Deputado consciente, fui um administrador e sei o que estou votando. Poderia votar até 50, 60%, mas estaria errado porque sabemos da arrecadação que o Governo do Estado tem e o próprio Governador que com aperto no seu coração, que queria muitas vezes dar 20, 30, 40% a esses funcionários que trabalham, que ajudam na sua administração, mas não é possível.

É por isso que votamos na coerência. Não somos políticos mentirosos nem enganosos. Gostamos da verdade, da sinceridade e da transparência e neste papel estaremos aqui na Assembléia Legislativa defendendo realmente quando for o nosso trabalhador porque ele merece, porque ele é a razão dos serviços públicos irem bem neste Estado do Paraná.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Ainda no Pequeno Expediente, com a palavra o Sr. Deputado Emerson Nerone.

O SR. EMERSON NERONE - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Senhores que nos visitam hoje aqui.

Venho a esta Tribuna apenas para marcar uma posição, para fazer uma pequena denúncia já muito conhecida, mas apenas para ressaltar e reafirmar que o problema continua sem solução. Faço um pronunciamento com relação, o companheiro Cezar Silvestri conhece bem, a grande empresa, a holding da empresa da família Zattar, de Pinhão. Há uma série de problemas sendo empurrados com a barriga há quase quatro anos e ultimamente temos visto ações do Governo Estadual procurando solucionar mas de forma muito branda. E nos últimos dias - temos aqui um relatório que faremos a leitura - tem acontecido fatos novos, cuja solução imediata seria apenas o cumprimento do que já foi estabelecido em acordos

anteriores com os posseiros, com os madeireiros e com a família Zattar no ano passado, numa grande reunião na tentativa de solucionar.

A AFATRUP - Associação das Famílias de Trabalhadores Rurais de Pinhão, mandou o seguinte relatório (Lê):

"RELATÓRIO E POSICIONAMENTO DO MOVIMENTO DE POSSEIROS DE PINHÃO

4 de abril de 1995

O Movimento de Posseiros de Pinhão, composto por mais de 800 famílias de agricultores, que vivem há muitos anos no interior do município, sofrem nos últimos anos com a ação da Madeireira Zattar, que não poupou mecanismos de repressão e humilhação aos agricultores. Mais recentemente, com a organização dos posseiros, houveram avanços junto ao Poder Público, mas mesmo assim, ainda ocorrem injustiças contra os posseiros. Relatamos aqui, os últimos fatos:

- Dia 27/03: Saque do paiol de pousada dos agricultores, feito pela guarda da Madeireira Zattar (levaram ferramentas e outros objetos).

- No mesmo dia 27/03, o Sr. Valdevino, um dos líderes do Movimento, dirigiu-se à Delegacia, para fazer queixa do saque. O Delegado (Sr. Marco Antônio de Oliveira) o recebeu ao ouvir, que o assunto era queixa contra a Guarda da Madeireira, dirigiu-se à outra sala e ligou para a Madeireira, informando-os de que alguém queria fazer queixa contra eles. A interpretação da ligação, foi de que, o Delegado pediu autorização para a Madeireira, para fazer queixa.

- Dia 31/03: Prisão do Sr. Joares de Deus Almeida, 27 e Alcindo Ferreira Kinceller, 48, ambos posseiros há mais de 8 anos. Também foram presos, o Sr. Revelino Zambruski e o Sr. Adelino Zambruski; ambos compradores de erva-mate.

Motivo da prisão: A Guarda interceptou-os e chamou a polícia para fazer a prisão em flagrante, alegando que estavam roubando erva-mate. O Delegado foi rigoroso, os enquadrando em crime doloso, onde não coube fiança na hora e ainda os posseiros tiveram que acionar advogado para defendê-los. O Delegado também comunicou a advogada que a fiança para os posseiros era de 70,00 reais.

- Dia 03/04: Foram interceptados madeireiros (Ageu Rodrigues), com carregamento de madeiras no imóvel Alecrim: O caminhão foi preso, por sua vez, não foram presos nem os madeireiros, nem seus funcionários. Foram liberados mediante pagamento de fiança, porém nesse caso valor foi de 35,00 reais.

- No mesmo dia 03/04, às 15:00 horas, 4 lideranças do Movimento se dirigiram à

Curitiba, quarta, em 05.04.95

Delegacia para ter uma audiência com o Delegado. Por sua vez, o Delegado os recebeu e, no transcorrer da reunião, o Delegado defendeu a ação da Guarda da Zattar, dizendo que é constitucional a prisão em flagrante por qualquer cidadão. Disse também, que os posseiros podem fazer o mesmo, ou seja, constituir uma Guarda para defender-se. Após os fatos, emitimos a seguinte conclusão do Movimento:

NOSSA INTERPRETAÇÃO E POSICIONAMENTO

1° - O fato do Delegado ter ligado para a empresa "pedindo autorização" para registrar queixa, nos faz acreditar em parcialidade no acompanhamento dos casos.

2° - O fato dos posseiros terem sido presos e o Madeireiro não, demonstra novamente parcialidade, quando houve enquadramentos diferentes e fianças de valores diferentes.

3° - A afirmação do Delegado, de que os posseiros podem se defender da mesma forma que a Madeireira, para nós é muito grave e, é contraditório aos posicionamentos do Delegado anterior, do Promotor e da Juíza, que não medem esforços para nos orientar e aconselhar a não revidar e sim, trazer tudo perante a lei. Portanto, o que o Delegado propôs, nada mais é para nós, do que dar início a uma guerra civil no município, com resultados catastróficos.

Por último, queremos afirmar que o Movimento mantém seus princípios, que nos últimos 3 anos, vem sendo respeitados tanto pela opinião pública local, como por uma série de autoridades ligadas ao Ministério Público e Instituto Ambiental do Paraná, entre outros.

O movimento solicita portanto das autoridades que seja imediatamente suspenso a guarda particular da Zattar.

Que para manter a ordem seja instalada a Guarda Florestal e uma estrutura policial local que garanta o trabalho sem ser necessário o polícia atuar de acordo com as ações da guarda particular.

Que IAP e IBAMA fiscalizem com rigor todos os desmatamentos que ocorrem ilegalmente.

Que IAP e INCRA assumam a questão através de desapropriação para fins de regularização fundiária.

(aa) JORGE PONCIANO DE OLIVEIRA

Coord. Movimento de Posseiros

HAMILTON JOSÉ DA SILVA

Direção da AFATRUP

Só para concluir, Sr. Presidente.

Queremos e, temos aqui uma relação daquilo que a empresa Zattar tem trazido de benefício para a população. A dívida em ICMS, os títulos protestados, os depósitos infielis, a venda de terras dadas como aval, terras essas que estão em litígio hoje, e uma série de outras irregularidades. Queremos apenas lembrar que a empresa

Zattar mantém uma milícia de 40 homens, fortemente armados, enquanto a polícia de Pinhão tem um delegado e cinco PMS. E por outro lado, queremos reafirmar uma outra irregularidade que vem acontecendo com relação ao IBAMA, e pedimos a atenção do Líder do Governo, neste sentido.

O IBAMA tem ido naquela região fazer fiscalização no tocante à retirada indevida de madeira dos madeireiros menores, mas não chega a fazer apreensões, não chega a fazer registros, não pega em flagrante, como faz com os pequenos madeireiros, a grande empresa, o grande holding Zattar.

Portanto, pedimos que da mesma forma que tem havido esta fiscalização com os pequenos madeireiros da região haja também uma fiscalização no tocante à empresa Zattar, e que haja, a partir do Governo do Estado do Paraná, um posicionamento equilibrado e não mais da forma como tem sido uma constante naquela região.

É só para isso, para alertar, porque senão em pouco tempo a região do Pinhão vai ver, de novo, mortes ocorrerem por uma milícia despreparada, por incompetência dos governantes deste Estado que não tem dado a mínima bola para aquelas 800 famílias. Ao contrário tem privilegiado encobrindo ações espúrias de uma família que vem há mais de 40 anos mandando na região, sendo lei na região. Uma empresa que é reconhecida, entre outras coisas por sonegadora, arbitrária, corruptora, grileira de terras, vende terras penhoradas, desmata indiscriminadamente, e outros adjetivos que poderíamos colocar, mas, infelizmente acabou o nosso tempo.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Registramos, com satisfação, o pedido do Deputado Edgar Bueno, anunciando a presença do ex-Deputado Ademar Traiano, Diretor Administrativo Financeiro da FERROESTE, acompanhado do Presidente em exercício, Agenor Cima.

No Grande Expediente concedo a palavra a Deputada Irondi Pugliesi.

A SRA. IRONDI PUGLIESE - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Minha presença nesta Casa nos dá uma forte simbologia no quanto sou a exceção para que se mantenha a regra.

Única Deputada Estadual mulher, retorno à Assembléia Legislativa do Paraná aparentemente mais só do que antes, quando ladeava, e as vezes até degladiava no campo das idéias, com a Deputada Amélia e a Deputada Vera Agibert.

Felizmente, as aparências nem sempre revelam o conteúdo. Enquanto estou mais só nesta Casa, enquanto mulher, estou mais acompanhada na vida pela consciência que

começa a se formar na sociedade sobre a necessária quebra dos preconceitos e discriminações contra a mulher.

Olympe de Gouges, célebre revolucionária francesa, que elaborou o primeiro manifesto pelo direito das mulheres, afirmava nas jornadas da memorável revolução francesa, que igualdade, fraternidade e liberdade, só seriam verdades quando as mulheres fossem inseridas neste contexto.

Não faz muito, poucos meses antes, os 182 países de todos os continentes declaravam na conferência do Cairo a necessidade de promover a mulher. Constatação que o Ano Internacional da Mulher, da ONU em 1975, e o encerramento da década em 1985, também fizeram, ao admitir que apesar de metade da população, as mulheres tinham acesso a um terço dos empregos, 10% dos assalariados e 1% dos bens produzidos.

Que diferença, de fundo, houve nos discursos das mulheres do Cairo para a revolucionária, que sequer lutava contra a exploração, mas exigia como cidadã, o fim da opressão sexual que impedia as mulheres sê-lo?

Para nós, que acompanhamos a história das lutas das mulheres ao longo dos anos, e pudemos conhecer, pelos livros, textos e estudos a verdadeira história da humanidade, a constatação primeira é de que conquistamos não só leis, mas sobretudo o respeito. Não o respeito que se imaginava, de não serem as mulheres molestadas nas ruas, de serem assediadas sexualmente ou tratadas com inferioridade. Este comportamento desaparecerá com o tempo, quando a realidade assim o exigir.

O respeito a que nos referimos, podemos constatar também na vida, no dia a dia, quando encontramos menos homens encorajados a ironizar nossas pretensões de igualdade de direitos e mais mulheres a confessarem-se feministas. Segundo enquête feita pela própria Rede Globo no Fantástico que tratou da questão da mulher no início do mês de março, mais e mais jovens declararam-se dispostas a realizar seus sonhos profissionais, mesmo sem abdicar dos velhos sonhos de uma vida conjugal feliz e estável.

Este respeito é no campo ideológico, das consciências, portanto expressando um novo patamar da sociedade, que racionalmente condena a violência e preconceitos, mas no seu cotidiano assiste à marginalidade concreta das mulheres, como um processo irracional e secular, que num movimento de contrários questiona os avanços em relação aos atrasos sociais, culturais e políticos.

Quando 15 milhões de mulheres em todo o mundo ainda realizam abortos clandestinos contra a gravidez indesejada, segundo a Organização Mundial de Saúde, ou quando

sabemos que a renda das mulheres trabalhadoras chega a 52% daquela percebida pelos homens, ou quando somos obrigadas ainda a lutar pela instalação de Delegacias de Mulheres e por um Código Penal mais duro contra os agressores de mulheres, vemos claramente a outra face da moeda.

Portanto, se de um lado elevam-se as consciências sobre a necessidade, de outra aprofundam-se as dificuldades para que esta consciência se concretize, em função da realidade que é pior para todo o povo, em particular para as mulheres.

Esta é uma contradição que poucos conseguem entender, pois não há lógica capaz de explicar como podemos buscar, para salvar nosso País, um projeto econômico que mais aumenta a exclusão social, embora os dados apresentados sejam de um País que cresce. Temos ainda uma mortalidade materna que denuncia o País como, um dos mais atrasados do Mundo, embora se mantenha entre as dez maiores economias do Planeta. Nas relações de trabalho predominam traços quase que medievais, de mulheres que muitas vezes vivem confinadas num lar como domésticas, como se um deudo fosse, e lembram ainda os tempos da escravidão, quando se trabalhava pela comida.

O Projeto Neoliberal em implantação pelo Governo de Fernando Henrique, e que tem na reforma constitucional o centro do seu ataque, é na essência um projeto de exclusão e de concentração da renda. Não abre novas oportunidades, pois pretende ceder mais e mais espaço ao capital estrangeiro e aos grandes grupos econômicos nacionais, devassar nossos Bancos Públicos, como o Meridional hoje, o BANESTADO amanhã, para a iniciativa privada, quebrando assim as bases da nossa soberania. Isso tanto é verdade de que até o "insuspeito" ex-Ministro Delfin Neto, dia desses, com fina ironia disse "é preciso estatizar o Banco Central" O que quis dizer com isso é que é preciso se livrar da tutela dos bancos particulares. O fim do monopólio estatal do petróleo e das telecomunicações, a descaracterização da Previdência Social, a aposentadoria e os direitos dos trabalhadores, todos estes estão numa pauta para serem negociados.

Nesta esteira, além das mulheres perderem enquanto cidadãs, perdem ainda como trabalhadoras o direito de aposentadoria aos 25 e 30 anos, e pouco que lhes é garantido na constituição. Assim como na revisão foram feitas mais de mil emendas para retirar do texto os direitos da mulher, na reforma serão riscados impiedosamente. Alegam que as questões dos direitos da mulher não são assuntos para constituição, e que é preciso "desconstitucionalizar o País".

Ora, a caracterização da maternidade enquanto função social, a maior luta do movimento de mulheres na década de 80, cairá por terra só restando às trabalhadoras a alternativa de escolherem entre serem mães ou serem trabalhadoras. Não foi a simples caracterização, mas os direitos derivados dela que criaram um arcabouço de garantias à mulher e à criança. Daí porque nós que sempre estivemos nas fileiras com as mulheres, não podemos abrir mão da defesa destes direitos, neste momento do País.

Vivemos sem dúvida, um momento novo no movimento de mulheres. Dizem que há um pós-feminismo, e que nós, feministas antigas, fomos fossilizadas. Dizem que o nosso discurso é velho, nada tem de real; que hoje as mulheres já conquistaram seu espaço nos meios de comunicação, no mercado de trabalho com cerca de 40% da população economicamente ativa; que adquirimos o direito a decidirmos nosso próprio destino.

De fato, muita coisa mudou. Não é necessário mais radicalizarmos para lermos um manifesto feminista, como fez Betty Friedan nos anos 60, nem nos travestirmos de homens, como equivocadamente fizeram muitas mulheres, dando idéia de uma luta entre os sexos.

O que há de novo nesta história, é que buscamos o nosso lugar na sociedade como mulheres que não abdicamos de nossas diferenças - benditas sejam elas - mas que essas diferenças não significam desigualdades de direitos e oportunidades.

Não fosse isto, não estaria agendado para setembro deste ano, em Pequim, uma conferência mundial da ONU que tratará da questão da mulher no próximo milênio, e que tem como tema central a necessidade de promoção de políticas públicas para a mulher. Pela primeira vez, o movimento de mulheres foi chamado a elaborar o relatório sobre a condição feminina no Brasil e a urgência de verdadeiras políticas públicas.

Muita gente pode achar que isto é discurso velho e defasado, afinal, temos conselhos, delegacias, etc. No entanto, hoje questionamos, se isto é uma política de defesa da mulher contra as discriminações que sofre no dia a dia; se isto de fato traz um conteúdo novo, de promoção de um sexo para conviver harmoniosamente com outro, ou se resumem em serviços de ajuda, que dificilmente conseguirão afastar definitivamente o perigo dos preconceitos e injustiças contra as mulheres.

Estou cada vez mais convencida de que este processo de verdadeira emancipação da mulher - para alcançar a condição de cidadã, de não objeto de propriedade masculina, de não oprimida em razão de seu gênero feminino - é necessário muito mais do que

apenas um eventual fazer de coisas esparsas, cuja duração é curta e os resultados frustrantes.

É necessário que esta consciência crescente na sociedade se manifeste de todas as formas e que no patamar das políticas públicas, sociais e educacionais, de saúde, de proteção do trabalho, sindical, partidária, institucional, se assumam verdadeiramente o compromisso com a libertação feminina.

É preciso que se comece a vislumbrar, para futuro próximo, o fim da contradição que rege o destino da mulher - amada em verso - discriminada na prática.

E que tenha valido a pena a luta das operárias de Nova Iorque, que deram origem às comemorações do Dia Internacional da Mulher - cuja marca foi e será, ainda pelo fim da exploração de grandes parcelas da sociedade e da opressão que recai sobre a mulher!

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Encerrado o Grande Expediente, passamos ao Horário das Lideranças.

Com a palavra o Deputado Luiz Carlos Alborghetti, pelo PTB.

Antes de passarmos a palavra ao Deputado Luiz Carlos Alborghetti, por indicação do Deputado Duílio Genari, ao qual nós também, a Mesa Executiva se associa, a ilustre presença do Prefeito de Iguatu, Senhor Anacleto Pantano.

Com a palavra, o Deputado Luiz Carlos Alborghetti.

O SR. LUIZ CARLOS ALBORGHETTI - Senhores Deputados, Senhora Deputada.

Ouvia atentamente o pronunciamento do Deputado Irondi Pugliesi e senti que no seu pronunciamento, como sempre, a Deputada Irondi, que durante a minha primeira legislatura se pautou neste Parlamento com uma voz firme em defesa da mulher brasileira do meu Estado.

Traz ela novamente o tema "discriminação da mulher brasileira", não só neste Estado, mas em todo País. Ouvia atentamente a Deputada Irondi, ouvi atentamente o Deputado Tureck falando sobre as casas, casas miseráveis, cretinas, miseráveis, imbecis, que são construídas neste País e que o mutuário as vezes não tem condições de pagar porque ganha um salário assassino, violento, discriminador. Como é que pode um trabalhador viver com um salário de 100 reais num País, se a cesta básica custa mais de 300 reais? Como é que pode um trabalhador ganhando 65,70 reais, poder pagar o leite para levar para casa de manhã, como é que ele pode comprar um pedaço de pão para os seus filhos comer no café da manhã, enquanto milhares de pessoas estão lotando as penitenciárias brasilei-

ras?

Se os Senhores não sabem, na penitenciária o preso tem direito ao café da manhã, tem direito ao almoço, direito ao café da tarde; o preso tem direito ao lanche, o preso tem direito ao jantar; e muitos brasileiros neste País não tem direito a tomar o café da manhã, não tem direito a ter um colchão para dormir, não tem direito a ter um travesseiro. Quantos brasileiros, sejam brancos ou negros, não têm o que tem um preso na Penitenciária Central do Estado do Paraná.

E hoje, pego a "Folha de Londrina" e vejo que os presos de Campo Mourão vão fazer uma rebelião porque o chefe da cozinha entrou em greve e não quer mais cozinhar para os presos, porque está ganhando um salário de miséria, um salário de fome.

Oh! Meu País! Que País da hipocrisia, da contradição!

Anteontem ouvi o Deputado Antônio Belinati dizer, desta tribuna, que seria importante o Presidente, Deputado Anibal Khury, dar um abono, na Páscoa, para o funcionário público.

O funcionário público não come só na Páscoa, não. Funcionário público precisa comprar calcinha para a mulher, soutien; precisa comprar cueca; precisa comprar pão; precisa comprar arroz. O funcionário público ganha um salário violento, desgradamente! Como é que o funcionário público vai viver com um salário de 200, 300 reais, nesta Casa? Como é que pode? Os nossos Gabinetes vivem abarrotados de miseráveis. O meu Gabinete é o Gabinete da miserabilidade, neste Estado.

E pasmem os Senhores, o taxista agora, que trabalha hoje para pagar o que comeu ontem, vai ter que pagar mais um imposto para adquirir o seu táxi! Não dá para entender!

Senhores, bateu à porta do meu Gabinete - estou revoltado, revoltado mesmo! Ontem, chegou uma criança no meu Gabinete - o Adilson - com câncer de pele. O menino está com câncer da cabeça aos pés! É a psoríase. Tenho um cunhado que morreu aqui no Hospital Angelina Caron com este câncer. Não houve possibilidade de salvar a vida do engenheiro Svarssa, meu cunhado, que era engenheiro do IBC, que deu a vida pelo IBC, no Paraná, em Ivaiporã, que era particular amigo do Deputado Orlando Pessuti. Tive este sofrimento na minha família, como tenho este sofrimento com meu neto. Não posso admitir! Graças a Deus tenho condições de tratar da vida do meu neto, mas e milhares de crianças que estão esparramadas pelo Paraná, com câncer de pele? Milhares de crianças como o menino Adilson, que chegou no meu Gabinete pedindo 10 caixas de Tigason. Sabe o que é Tigason, Doutor Joel Coimbra? Sabe quanto custa cada

caixa? 140 reais! Como é que um pobre, que está com câncer, vai conseguir comprar uma caixa de medicamento? Como é que uma criança com câncer, que a mãe é diarista - ganha 15 reais por dia - como é que ela vai comprar um caixa de Tigason?

Pasme, Doutor Joel, Mandei um ofício ao Ministro da Saúde, em Brasília. Por isso não entendo se devo votar no Fernando Henrique, no Lula, no Brizola, ou no Zé, no Antônio, no Joaquim... Não entendo este País! Toda eleição é a mesma história! O candidato sobe no palanque e diz: "Vou salvar a vida das crianças... vou criar... a saúde vai melhorar... o pobre vai ter direito a remédio..." Teve até candidato que prometeu farmácia popular para o povo, remédio de graça, agora vai ter farmácia no bairro tal, na cidade tal vai ter farmácia. Teve candidato a Prefeito, que na eleição passada prometeu que ia ter um galpão para servir café da manhã com arroz doce, com carne de sol, com feijão, para os bóias-frias trabalhar! Terminou a eleição, ganhou o voto, e deu uma banana para o povo!

Olha, admiro o político que tem ideais, mas o político que é vagabundo, é safado, é canalha, tem que ir para a cadeia, tinha que ser condenado à pena de morte! E a melhor pena de morte para o político que é safado, é votar contra este desgraçado, para ele não enganar o povo brasileiro!

Senhores, mandei um ofício para o Ministério da Saúde, pedi, implorei, falei: "Olha, mandem para mim, estou com 12 crianças no meu Gabinete, faço um cadastro". Inclusive na cidade de Prudentópolis, Doutor Techí, tem dois irmãos que estão com câncer de pele, que de você ver, dá ânsia de vômito. Mas não sinto esta ânsia, porque quando ela vem ao meu Gabinete, ela vem com aquele câncer, mas ela vem tão feliz para me abraçar, eu abraço porque ela é um ser humano. E ela vem buscar a caixinha de Tigason, porque é o remédio que vai salvar a vida dela.

Recebi, Doutor Joel, recebi, Doutor Toti, preciso entrar na fila do Ministério da Saúde em Brasília com uma fichinha. Tenho que mandar um funcionário meu para Brasília, o funcionário se cadastrar no setor de remédios e esperar na fila. Tem 300 na fila, até chegar no número dele, para ele pegar uma caixa de Tigason, se estou precisando de 10. E o Adilson, que mora na Capital do Estado, vai morrer com câncer de pele porque, se manda na Prefeitura, não tem dinheiro. Se manda para LBA, também não tem dinheiro. Mas então, o que acontece com essas crianças que estão com câncer de pele? Vão morrer?

Hoje vou fazer um ofício à Fundação BANESTADO, à Fundação Roberto Marinho,

porque o Deputado é isso. Você tem que ter vontade de trabalhar, você tem que ter vontade política. Vou buscar, vou gritar, tenho que conseguir salvar estas crianças! É claro que não fui eleito para ser um Assistente Social, porque Assistente Social se forma numa universidade. Agora, o Deputado está aqui para praticar cidadania e ação social, não assistência social. Nenhum dos Senhores fazem assistência social aqui. O que os Senhores fazem nos seus gabinetes chama-se CIDADANIA! Não é só o seu Betinho que faz cidadania, não. Não é o seu Betinho que aparece com aquele diabo daquele prato lá, com garfo batendo, na Rede Globo, só porque... não entendo o que acontece neste País! O tal do Betinho é famoso, porque, lógico, toda hora está lá "plim-plim", vai na Bandeirantes, vai na Manchete... O Betinho é o "único que faz cidadania no Brasil"! Ele é o "todo-poderoso"!

Você faz, Ricardo Chab, o Senhor faz, Deputado Annibelli. A Deputado Irondi faz porque sei que o ex-Deputado Valdir Pugliese faz na Prefeitura em Arapongas. O Doutor Joel faz em Maringá. O Deputado Belinati fazia quando era Prefeito, eu me lembro. Quantas vezes bati na porta da prefeitura, em Londrina, quando o Belinati era prefeito, e pedia, para ele, que me ajudasse. O Cheida hoje lá, também ajuda, não é porque ele é do PT, não. Político que tem vergonha na cara não tem negócio de partido político não. O que faz o partido político é o político.

Agora, pombas, todos fazemos cidadania, todos fazemos ação social. Agora, não aparecemos na Globo, não aparecemos nas redes de televisão. Aparece o Betinho. Betinho, é o primeiro a estar lá, junto com Fernando Henrique. Não vi nada aqui no Paraná, até hoje, desse tal de Betinho! Não vi nada! Só fala, fala, fala... e vamos lá. E cadê? São milhares de crianças que estão esparramadas nas ruas de Londrina, milhares de crianças esparramadas nas ruas da capital ecológica. Todas pedindo! Saiam hoje à noite e vejam quantas estão dormindo nas avenidas deste Paraná e deste Brasil!

Ora, chega de hipocrisia! E tem uma criança no Paraná, negra. Qual a diferença do negro e do branco? Corta a veia do branco e corta a veia do negro. É o mesmo sangue. A mãe negra que embala um berço tem o direito de reger a humanidade. A mãe branca que embala um berço, ela tem o direito de reger essa orquestra que chama-se humanidade. As duas são iguais.

E, pasmem os Senhores: tem uma criança no Paraná - morrendo - porque o Governo não tem dinheiro para doar a essa criança uma caixa de medicamento que custa R\$ 169,60. E tenho documentos em meu gabinete,

tenho e mostro para os Senhores, trago aqui fotocópia. Tratei desta criança durante oito anos, estou tratando desta criança há oito anos. Agora subiu o preço do remédio e não tenho condições, Deputado Ricardo Chab, de salvar o mundo. Ninguém tem condições. Agora, quem tem que salvar são as autoridades, são os órgãos do Governo.

Ora, está na plataforma de Governo do Governador Jaime Lerner. Está lá, o SOS Criança para salvar adolescentes e crianças com risco de vida. Procurei hoje esse troço aí. Esse troço não achei, não. Falei, vou mandar para lá, quem sabe resolvo este problema, não achei não. Estou procurando até agora e também não achei.

Fica aqui o meu desabafo. Espero em Deus, Deputado Luiz Carlos Zuk, que um dia não venha o vento das Araucárias, não quero que aconteça isto. Mas se tiver que acontecer para mudar, quero estar nesse vento.

Para o bom entendedor, poucas palavras bastam.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Liderança do PSC. PDT.

(Declinaram)

Com a palavra o PFL, Deputado Basílio Zanusso.

O SR. BASÍLIO ZANUSSO - Senhor Presidente, nobres colegas.

Venho à tribuna para encaminhar o requerimento que fazemos um pedido de voto de congratulações à constituição da Associação dos Citricultores do Paraná, associação que foi criada, formada, fundada na Cidade de Paranavaí.

O requerimento diz o seguinte:

(Lê)

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, e após ouvido o douto Plenário, REQUER o envio de voto de congratulações à Associação dos Citricultores do Paraná - ACIPAR, pela sua constituição.

Requer ainda que da decisão desta Casa seja dada ciência à Diretoria daquela Associação, no Município de Paranavaí.

Sala das Sessões, em 30.03.95.

(a) BASÍLIO ZANUSSO

JUSTIFICATIVA:

Recentemente, os citricultores da região Noroeste do Estado, reuniram-se em Paranavaí para constituírem a ACIPAR - Associação dos Citricultores do Paraná, cuja diretoria eleita e empossada é presidida pelo dinâmico empresário Rogério Lorenzetti. Evidentemente que o objetivo e finalidade principais dessa Associação é trabalhar pelo êxito dessa atividade agrícola

incipiente e torná-la uma das mais promissoras e interessantes alternativas para a nossa economia agrícola.

Desde a década de 60, o Ministério da Agricultura interditou e proibiu o plantio de cítricos em quase todo o Estado do Paraná, em virtude da constatação do "cancro cítrico" em nossos pomares. Ao contrário do que fez o Estado de São Paulo, ainda no Governo Jânio Quadros, o Paraná não executou uma política séria e competente de combate àquela praga, a qual inibe os importadores mais tradicionais do Brasil.

Nosso Estado produzia apenas 10 a 15% do seu consumo, enquanto dispunhamos de terras próprias e clima excelente para produção necessária ao abastecimento interno desse produto. Lideranças políticas e órgãos associativos do Paraná lançaram-se numa grande campanha visando o fim e a suspensão do ato ministerial. Era preciso plantar laranja e limão no Paraná.

A Assembléia Legislativa do Paraná muito contribuiu com esse movimento vitorioso, pois constituiu uma Comissão Especial de Combate ao cancro cítrico, cuja presidência coube a este Parlamentar e que teve como membros os ilustres Deputados Orlando Pessuti e Paulo Furiatti. Prefeitos, Vereadores, alguns Deputados Federais e Senadores, todos formamos uma grande força. Tão grande, que o então Ministro da Agricultura, atual Senador Pedro Simon, nos recebeu em Comissão e reconhecendo a relevância do assunto, prometeu estudar e oferecer uma solução o mais breve possível.

No governo José Richa, o ilustre Ministro, cumprindo seu compromisso com o Paraná, assinou o primeiro ato ministerial que dava início à liberação das primeiras áreas do Estado do Paraná para o plantio de árvores cítricas.

Pois bem, liberadas nossas terras, atendido o pleito justo de décadas, era necessária uma iniciativa para desencadear o início da almejada atividade. Foi quando um grupo econômico formado pela Cooperativa dos Agricultores de Maringá (COCAMAR), Cooperativa Agrícola de Nova Londrina e uma empresa americana, resultou na constituição da CITROCOOP, responsável pelo projeto pioneiro de implantação da nossa citricultura, objetivando o plantio de 30.000 hectares de laranja e a instalação da indústria na Cidade de Paranaíba. O projeto recebeu a adesão e apoio de muitos proprietários rurais, inclusive deste que vos fala.

Decorridos pouco mais de cinco anos, tem-se notícia que a primeira fase do projeto estava plenamente concretizada, ou seja, a existência de 6.000 hectares plantados e a respectiva indústria já instalada nas proximidades da Cidade de Paranaíba.

Daí. Disso, todos nos orgulhamos.

Sabe-se também que, das três empresas que originariamente formavam a CITROCOOP, apenas a COCAMAR, hoje COCAMAR-CITROS, restou, assumindo o projeto por inteiro. Aliás, sempre foi notória a presença majoritária e decidida daquela cooperativa nos assuntos pertinentes ao projeto em tela.

Evidentemente, são cinco anos de muito trabalho e grandes dificuldades. A administradora do projeto vem investindo grandes somas desde a formação de canteiros, distribuição de mudas, formação de técnicos e, por último, a aquisição e instalação da moderna indústria. Para os citricultores o quadro não é diferente: plantio das mudas, aquisição de tratores, máquinas, implementos, permanente atenção com a manutenção da cultura e combate às pragas e doenças, sempre com produtos químicos caríssimos, além da aplicação de insumos e defensivos indispensáveis. Somente após quatro anos é que se verifica razoável retorno, com as primeiras safras.

Portanto era inevitável que diante de tantas dificuldades e obstáculos surgissem algumas dúvidas e divergências entre os plantadores de laranja e a empresa executora do projeto; atual COCAMAR-CITROS.

Daí, ser oportuno e até urgente a organização dos citricultores numa associação própria para poder dirimir suas dúvidas e negociar seus interesses junto à COCAMAR-CITROS, de forma permanente e democrática.

Não tenho nenhuma dúvida que a ACIPAR nasce forte, pois além do jovem e dinâmico Rogério Lorenzetti, ela conta com expressivas lideranças de várias cidades da região e ainda dos ex-Prefeitos de Paranaíba, Senhores Benedito Pinto Dias, Dionízio Dal Prá e Rubens Felipe, além de Pedro Garcia de Alto Paraná, todos produtores, por imposição estatutária.

Esta Casa, que sempre dispensou sua melhor atenção aos acontecimentos mais importantes da nossa economia, não podia deixar de registrar o nascimento da ACIPAR, que haverá de contribuir sobejamente para o fortalecimento de nossa citricultura."

E não só, Senhor Presidente, este registro que fazemos da formação desta associação, mas com ela e em função dela o anúncio de que temos, em nossa região, dentro deste projeto pioneiro de citricultura de plantio de laranjas no Noroeste do Estado do Paraná, já a primeira fase do projeto concretizado, ou seja, 6.000 hectares de laranja já em franca produção e já instalada a indústria na Cidade de Paranaíba.

É um fato muito importante do qual esta Casa participou efetivamente, desde o início da implantação do Projeto.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Ainda no Horário das Lideranças concedo a palavra ao Deputado João Techy Filho, do PPR.

O SR. JOÃO TECHY FILHO - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Quero deixar registrado hoje que fui recepcionar, juntamente com o Cerimonial da Casa, três ilustres visitantes do Canadá, pertencentes as Universidades de Winnipeg e a outra de Manitoba.

Estes universitários e professores estão aí para em trabalho conjunto fazer a pesquisa da imigração ucraniana no Paraná.

É interessante porque das várias etnias existentes no Paraná a ucraniana sempre esteve presente e juntamente com a Pontifícia Universidade Católica, com o Professor Fedalto, eles vão fazer a pesquisa, pois este ano comemoramos o centenário da imigração ucraniana. Devemos dar todo o apoio e registrar este fato.

Também vou me referir a questão de hospitais. Hoje Jocelito me deu boa notícia, que nos interessa pela região. Gostaria de agradecer ao Deputado Alborghetti, a assistência que ele não gosta que fale, mas é uma ação social, de uns pacientes, eu posso dizer que os medicamentos que os pacientes da minha região, meus conterrâneos utilizam tem custo bastante elevado. Além disso o seu uso é intermitente, nunca pode parar de tomar, isso aí encarece, porque não é uma doença que a pessoa venha a falecer logo, e enquanto estiver viva tem que manter um tratamento. Agradeço pelos meus conterrâneos.

Gostaria de voltar ao assunto de hospital porque sempre fizemos assistência lá aonde o pessoal mais procura e podemos garantir que o hospital sempre foi o último recurso desses pacientes. E assim como ficamos agradecidos aos hospitais de Ponta Grossa - que continuam atendendo - mas que também procuram sair dessa situação de sempre depender de uma cidade maior. A não ser para casos especiais. Mas, na maioria das vezes, a gente deveria tratá-los nos próprios municípios. Vamos aguardar o trabalho do atual Secretário e da sua secretaria. Os hospitais sempre foram muito discriminados, mas sempre conseguiram se manter, no interior, apesar de que não é uma classe tão unida, não tem uma representação tão forte. Mas eles por si só se mantêm sempre à disposição dos pacientes. E precisamos, sempre, contar com o trabalho da saúde, principalmente para dar uma força maior, dar melhor condições de atendermos nossos pacientes. Sempre tenho falado que nossos pacientes também são recursos para nós. Assim como tratamos eles

nos nossos municípios, também conseguiríamos trazer recursos. Mas não da forma como há 10 anos sempre vem cada vez diminuindo mais esses recursos e com que os hospitais cada vez mais tenham uma menor condição de atendê-los.

Queria deixar registrado esses dois fatos e dizer que estou contente com o Deputado Zuk e com os demais que também estão interessados no problema dos hospitais.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - No Horário da Liderança do PP com a palavra o Deputado Sérgio Spada.

O SR. SÉRGIO SPADA - Senhor Presidente, Senhores Deputados. O Diário Oficial da União, de ontem, traz a publicação do Decreto 1436 de 3 de abril de 1995, através do qual o Governo promulga o acordo entre o Brasil e o Paraguai, visando a construção de uma segunda ponte entre os municípios de Foz, Região do Porto Meira, e o Município de Porto Presidente Franco na vizinha cidade do Paraguai. Esse acordo ele traz para nós da Região, para o Paraná, e até mesmo para o Brasil, o alento, a esperança de que num curto espaço de tempo tenhamos o tráfego que hoje passa pela Ponte da Amizade que está, profundamente, congestionado e complicado. Trazendo prejuízos enormes para produtores, transportadores, comerciantes dos dois países e cria a possibilidade de ver esse tráfego desafogado, tendo uma outra alternativa para se dirigir ao vizinho país - o Paraguai.

É importante salientar que esse acordo ele foi assinado entre os dois países por uma iniciativa do hoje, Deputado Federal e então Ministro, Afonso Alves de Camargo, em setembro de 1992. Dali para cá os trâmites burocráticos, tanto num país como no outro, passando pelo referendo do Congresso Nacional, onde na Comissão de Transportes como titular daquela Comissão, relatei esse Projeto - favoravelmente propondo algumas alterações no tratado, no acordo. Ele, finalmente, tem a sua tramitação burocrática terminada após 3 anos de seu início e crie condições para vermos essa segunda ponte construída de forma até inusitada. Uma das primeiras vezes o Brasil e o país do Paraguai decidem construir uma grande obra, uma obra desse vulto, desse porte através da iniciativa privada. Será feita uma licitação e a iniciativa privada é quem vai construir esta ponte, desonerando desta forma o erário público e logicamente dando a concessão para exploração desses serviços aos vencedores dessa concorrência.

Fico satisfeito, fiz questão de regis-

trar nesta Casa esse ato do Diário Oficial da União que para nós tem um caráter até histórico porque tenho certeza cada vez mais precisaremos de obras desse porte e construídas através da iniciativa privada porque o Poder Público está exaurido, não tem condições de construí-las e cada vez será uma necessidade em função do MERCOSUL que se avizinha de forma rápida trazendo as conseqüências desse acordo entre os países da América do Sul que compõem o MERCOSUL.

Agradeço a atenção, Senhor Presidente, Senhores Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Com a palavra, pela Liderança do PMDB, o ilustre Deputado Ricardo Chab.

O SR. RICARDO CHAB - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Gostaria de usar o espaço hoje da Liderança do PMDB para que possa aqui colocar o que estou vendo e sentindo na Região Metropolitana de Curitiba, mais exatamente no Município de São José dos Pinhais.

E esta minha colocação hoje tem muito a ver com relação a obra que está sendo realizada e que leva o nome de Canal Extravasar. Se a obra é de forma irregular, contratada irregularmente, não quero me ater a este detalhe, a este item. Quero me ater ao pânico generalizado que esta obra está causando na população e inclusive fiz questão já de comentar com alguns Parlamentares aqui para que todos junto façamos uma visita aos senhores moradores da Cidade Jardim que é um dos maiores bairros de São José dos Pinhais, façamos uma visita juntos às 350 famílias que moram na Vila São Judas Tadeu, para quem não sabe onde fica, à margem da BR-277, defronte a re- presa da SANEPAR.

Que nós, Senhores Deputados, façamos uma visita aos moradores da Vila Maria Luiza que estão apavorados com a chegada do Canal Extravasar. Apavorados por quê? Porque simplesmente os técnicos da COMEC, os Engenheiros da obra, as pessoas responsáveis pela obra começam agora a demarcar o trajeto do Canal Extravasar, e durante a demarcação o que eles chamam de colocar os piquetes, esses piquetes, num determinado momento chegam a ser colocados dentro de quintais das pequenas moradias das pessoas dessas áreas.

Então, vejam bem, aí a dona-de-casa pasmada, aflita, apavorada, pergunta ao cidadão, ao técnico que ali está demarcando a área: "Mas para que este pedaço de pau?" Aí o técnico simplesmente olha e fala: "A Senhora não sabia que por aqui, pela sua casa vai passar o Canal Extravasar?" Aí a mulher pergunta: "Para onde eu vou? Para onde é que eu vou?"

Aí simplesmente o cidadão que está lá, o técnico responde: A COMEC vai dar uma lona para cada um de vocês para acamparem na BR-277. Esta é a resposta. Tenho inclusive gravado isto, Deputado Alborghetti. Pasmem!

Agora, vejamos nós, órgão nenhum do Governo está aí para espalhar o terror e pôr em pânico a população. Órgão do Governo está aí para apaziguar, para contornar e para acomodar.

Então, quero deixar claro aqui e pedir, inclusive, o apoio e o empenho de todos os Senhores, talvez vejamos bem, as pessoas da COMEC não têm tido a responsabilidade, o tino suficiente para tratar o ser humano como ser humano. Talvez os técnicos da COMEC estejam levando a coisa de uma maneira muito técnica e deixando de lado o caráter humano. A obra, Senhores, a própria população diz, é essencial. A própria população diz, porém, para aonde irão as famílias? A mais ou menos quinze dias pessoas da COMEC estiveram na Vila Maria Luisa e pediram para que os moradores fizessem uma comissão.

Os moradores fizeram a comissão. A COMEC disse o seguinte: "Há cem famílias nessa vila, vocês serão desalojados daqui." Aí a comissão pergunta para a COMEC: "Mas para onde vamos?" A pessoa responsável da COMEC fala: "Só Deus é que sabe porque nós ainda não temos a área." Então a medida que avança o canal extravasar, a medida que a obra cresce; sobe, aumenta a aflição e o medo da população da Cidade Jardim, enfim, de toda aquela área. E essa aflição, esse temor Senhores Deputados, deverá bater logo em quem mora em Pinhais, deverá bater logo em quem mora no Município de Pinhais, deverá bater logo em quem mora no Município de Piraquara porque é por ali que vai passar o canal extravasar.

Então, quero solicitar para que nós todos aqui, para que o Parlamento do Paraná evite esse confronto. Hoje, Senhores Deputados, convoco qualquer um de vocês para que façamos um teste à noite na Vila São Judas Tadeu, gostaria que qualquer um dos Senhores Deputados pegassem um trator para dar uma volta no São Judas Tadeu e tenho certeza absoluta que você sai sem o trator e não sai vivo, porque há o temor.

As casas foram construídas a custa de muito sacrifício, a maioria das pessoas que ali estão compraram os seus lotes, têm as escrituras firmadas, registradas em cartório. Porém, gostaria de chamar a atenção da COMEC para que agisse com decência, para que a COMEC fizesse o papel da intervenção ali sim, desapropriasse as pessoas que ali estão; porém mostrasse a solução e não transformasse isso em temor e pânico.

Curitiba, quarta, em 05.04.95

O Sr. Valdir Rossoni - Vossa Excelência me concede um aparte?

(Assentimento)

Ilustre Deputado, ouço a sua denúncia, até um esclarecimento para nós Deputados com muita atenção, e com uma preocupação, porque tenho certeza que esse tratamento desses funcionários não é determinação de nenhum chefe da COMEC. Mas gostaria de me somar a esta preocupação de Vossa Excelência, e pedir se possível o nome dos funcionários que estão dando esse tratamento para que possamos fazer a denúncia e procurar fazer com que essas pessoas dêem o tratamento que é merecido pela população.

O SR. RICARDO CHAB - Deputado Rossoni, gostaria de colocar para o Senhor o seguinte: não tenho o nome de quem agiu dessa maneira na COMEC. Mas gostaria, se o Senhor quisesse ouvir as pessoas que sofreram e estão sofrendo esse medo, esse pânico todo espalhado por algumas pessoas da COMEC, que o Senhor liberasse, inclusive o horário da sua Bancada, da sua Liderança, para que as pessoas usar aqui e falar ao Senhor o que estão sentindo na pele, o temor de não dormir porque tem medo inclusive de acordar e não ver a casa.

O Sr. Valdir Rossoni - Acredito que a preocupação de Vossa Excelência é correta. Agora, nós tendo o nome desses funcionários não tenha dúvida que nós tomaríamos providências imediatamente, porque a denúncia de Vossa Excelência é séria, e verdadeira, porque tenho que acreditar em Vossa Excelência, e pode ter certeza que isso não é nenhuma determinação para que dê esse tratamento.

¶ Vossa Excelência sabe que nem sempre os funcionários de qualquer empresa, ou de qualquer órgão, têm atitudes corretas. Então, seria até como pedido para que nós se possível tivéssemos os nomes dessas pessoas para se tomar as devidas atitudes necessárias.

O SR. RICARDO CHAB - Posso passar ao ilustre Deputado, companheiro Rossoni que demonstra preocupação, acho isso nobre. Deputado Rossoni, posso passar ao Senhor o nome das pessoas que me procuraram, com quem inclusive na sexta-feira tive reuniões na região. Na segunda-feira inclusive Deputado Rossoni estive novamente em São José conversando com os moradores da Cidade Jardim, e posso garantir para o Senhor: o temor é grande porque há desinformação, por parte da COMEC.

Ou a COMEC toma isso, de fato, de verdade, faz um trabalho junto à população, mostrando o local aonde estas pessoas deverão morar, num futuro próximo, ou então, Deputado, nós estamos muito próximos do

confronto, e é isso que nós não queremos. Concedo o aparte ao Deputado Romanelli.

O Sr. ROMANELLI - Deputado, ouvi, com muita atenção, a sua colocação sobre a questão do canal extravasor e ouvi o aparte do Deputado Rossoni.

Na verdade esta Casa aqui não se atendeu ainda quando o Deputado Péricles, já no início da Legislatura, fez, dessa tribuna, a denúncia sobre a contratação sem o devido certame licitatório, da execução do canal extravasor ou canal paralelo como o Governo atual chama essa obra que é prevista no PROSAM.

O enfoque que o Deputado Chab está dando é porque na verdade é o seguinte: a realização do canal, ele vai envolver, necessariamente, a remoção de cerca de 1.500 famílias. no projeto estão 1.500 famílias. Então na verdade haverá a necessidade de fazer grandes desapropriações e assentamento dessas famílias, em outras áreas. Então o que é que está ocorrendo? Como o Governo do Estado atropelou o processo no momento de fazer as desapropriações, para executar o canal, o que está acontecendo agora é um pânico brutal naquelas famílias que vão ter que ser removidas para que o canal seja executado.

Como há um aceleramento do trabalho do canal, estamos agora enfrentando esta dificuldade que a população, claro angustiada, vai passar. O que eu acho é que na verdade existe um problema grave, que o Governo do Estado tem que responder sim para onde serão relocadas estas famílias. Para onde elas serão transferidas.

O Governo não tem ainda, não dispõe destas áreas disponíveis para serem adquiridas, mas o Governo vai ter que desapropriar e pagar à vista para poder transferir estas famílias, com suas moradias e executar, inclusive as casas. Por isso, Deputado, a sua preocupação é da maior profundidade porque envolve as vidas, as famílias que estão angustiadas ao longo do canal.

O SR. RICARDO CHAB - Porque veja bem, qualquer um de nós, aqui no Parlamento, se o Deputado Alborghetti está na casa dele e bate um fiscal e diz: "Deputado, o Senhor amanhã está fora da sua casa porque aqui vai passar o Boeing 737 da VASP."

Então veja bem, há um temor e o temor é natural. Quero colocar, inclusive que ali são pessoas carentes, são pessoas que construíram suas casas e que perderam tudo, agora, recentemente com a enchente. São pessoas que não têm condições de deixar as suas casas porque têm medo da demolição imediata por parte da COMEC. Deputado as pessoas se revezam para trabalhar, a

mulher fica em casa cuidando da casa, temendo a demolição imediata.

A situação é muito séria e trago essa colocação ao Parlamento porque estou pedindo, inclusive, para que todos nós aqui do Paraná possamos evitar o que, sem dúvida alguma, nós vamos assistir, que é o confronto da população com técnicos da COMEC, com pessoas que lá estão para fazer a obra do canal.

O Sr. Irineu Colombo - Deputado, ouço com atenção sua falação e desde que começou esta questão da construção do canal extravasor, tem gerado uma série de polêmicas e Vossa Excelência, com propriedade, traz mais uma.

Parece-me que esta Casa já tem o dever de constituir uma Comissão Especial, devido inclusive ao volume financeiro e ao volume de impacto, tanto ambiental como social. A regularização fundiária como está, como está a regularidade do andamento das obras. Acho que esta proposta deveria até partir de Vossa Excelência. Também o Deputado Péricles levantou, com propriedade a questão, sentar e fazer uma proposta clara à Assembléia: "Vamos fazer uma Comissão Especial." Em virtude da envergadura, de problemas, de contestações, de informações contraditórias que chegou este fenômeno chamado Canal Extravasor!

Muito obrigado.

O SR. RICARDO CHAB - Senhor Presidente, a mídia divulga que o Canal Extravasor terminará rapidamente. Há divulgação porque o Governo libera essa informação. Então as pessoas, carentes, elas estão achando que em breve, 40 dias, 50 dias, terão que deixar suas casas, na marra. Então, gostaria de trazer esta preocupação para o Parlamento e vamos ver agora.

Eu, na condição de Deputado de Curitiba da região metropolitana, gostaria, inclusive, de somar à idéia do ilustre Deputado de criarmos uma Comissão e trazermos as pessoas responsáveis da COMEC. Porque além disso tudo, além da obra, são as idas de milhares e milhares de pessoas, estão os seus bens, poucos, mas ali estão os seus bens.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Com a palavra o Deputado Algaci Túlio, Horário da Liderança do Governo.

O SR. ALGACI TÚLIO - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Esta Casa parece que criou um "cavalo de batalha". E esse "cavalo de batalha" no entendimento de alguns Parlamentares, é o canal paralelo ao Rio Iguaçu, denominado Canal Extravasor.

Este Parlamentar, tem ouvido, atentamente, os reclamos, as reivindicações, algumas denúncias até, que não vou classificá-las de denúncias irresponsáveis porque quem ocupa uma cadeira, nesta Casa, acima de tudo quando vem para cá, tem que agir com responsabilidade. Mas acatei as denúncias como até um incentivo para que pudessemos travar, aqui, nesta Casa, um debate aberto, franco, transparente, como tem sido a atuação desse Governo.

Esse Governo nos três primeiros meses tem dado uma demonstração de como se deve governar o Estado e como se deve tratar de sua população. Coisa que não aconteceu, lamentavelmente, em governos anteriores.

Quero deixar bem claro que nesses três primeiros meses, ocupando a Liderança do Governo, abrimos completamente as portas do Palácio, das Secretarias para todos os Parlamentares, todos tiveram a maior liberdade para ouvir, para visitar Secretários, para levar as suas posições e até as suas contrariedades a alguns projetos implantados pelo Governo. Isso também é demonstração de como se governa: com respeito à sociedade.

Trouxemos a esta Casa, o Presidente do BANESTADO, Luiz Antônio Fayet, para esclarecer um erro que não partiu do nosso Governo, mas que partiu do Governo anterior na questão do "Panela Cheia". E não queira dizer que não, Deputado Romanelli, porque é verdade. Foi a Diretoria anterior do BANESTADO, do seu governo, quem parou com o Projeto "Panela Cheia". Isso foi devidamente esclarecido, aqui, nesta Casa. Trouxemos o Secretário da Agricultura, Hermas Brandão, justamente para esclarecer a questão do "Panela Cheia". Trouxemos a esta Casa, sem nenhuma convocação, a Governadora do Estado que veio visitar a Casa ontem. Trouxemos, hoje pela manhã, na Comissão de Terras, Imigração e Colonização presidida pelo Deputado do PMDB, Nereu Moura, os técnicos da COPEL que vieram fazer um esclarecimento amplo, geral sobre as obras da Hidrelétrica de Caxias. Foi um debate bastante aprofundado e que durou mais de duas horas, hoje, na Sala das Comissões. Todos foram convocados e sabiam que tinha esse debate. Mas pode ser que o debate até não tenha sido totalmente esclarecedor, mas, pelo menos, mostrou todo cuidado, atenção que tem a COPEL e tem esse Governo para com as coisas do povo do Paraná.

Trouxemos também, aqui, na semana passada, ainda, Deputado Ricardo Chab, me faça lembrar, que V. Exa. até tinha reivindicado e propus que viesse a esta Casa o pessoal da SANEPAR, que veio aqui também conversar com os Senhores Parlamentares.

Vou trazer amanhã, e todos estão convocados para que compareçam às Sessões,

das quintas-feiras, que via de regra, não dão quórum porque os Senhores Parlamentares viajam, têm compromissos, mas o compromisso maior, primeiro é com este Plenário. Amanhã estará aqui neste Plenário o Secretário da Educação com vários técnicos para apresentar a esta Casa o Plano de Governo na área de educação do Estado do Paraná.

Vamos trazer na próxima segunda-feira a esta Casa, os técnicos da SUCEAN para vir aqui dirimir dúvidas, esclarecer as posições tomadas pelo Governo na questão do Canal Paralelo. Tudo isto se faz, não se pode fazer com este atropelo, de repente está se criando um clima de terror em cima de alguma coisa que não existe.

Acho que temos responsabilidade e muito mais nós Deputados comunicadores, Deputado Ricardo Chab, porque conheço bem esta área, tenho trinta anos de janela, de latinha, como se diz na gíria, e o povo quando vê o microfone na mão, quando vê a câmera de Televisão, todos querem falar. Ninguém vai falar bem. O povo hoje está tão encardido de tanta revolta que não acredita mais em ninguém. Não precisa nem perguntar. Ele já vai dizendo: não está certo. Está errado. Não vale nada. São todos ladrões. Esta é a posição, não podemos negar isto.

Agora, querer criar um clima de terror. Se isto, Deputado, vou cobrar após esta Sessão. Se o funcionário da COMEC algum foi a uma dessas localidades dizer que o caminho do morador que tem o seu direito da terra que comprou, que pagou, há algumas áreas de invasão, não cabe aqui discutir a questão, ninguém vai aqui agora, porque é área de invasão vai ser enxotado e vai ganhar uma lona preta para ir morar na beira da BR. Isto não é papel de gente que faça parte do Governo de Jaime Lerner.

Agora, se algum despreparado funcionário da COMEC agiu desta maneira serei o primeiro a pedir o seu afastamento, qualquer outra punição para este funcionário.

Agora, por favor, vamos com tranquilidade. Acho que o perigo, o medo maior dos moradores, deve estar em cima de uma possível nova enchente. Não das máquinas do Governo, das empreiteiras que estão trabalhando que querem trazer o benefício para aquela região. Acho que o maior terror, o maior medo deles é de ficar em cima, que Deus os livre, de futuras enchentes. Não que as máquinas vão derrubar o barraco, a casa. Que falta de sensibilidade, minha gente. Não é possível a gente aqui agüentar um tipo de acusação desta maneira. Tem alguma coisa errada no canal? Se tem vamos corrigir. Serei o primeiro. Fiz, Deputado Romanelli, desta tribuna durante doze anos a minha tribuna de oposição, responsável,

sem fazer terror, sem fazer cavalo de batalha em cima de algum projeto do Governo. Aprovei nesta Tribuna, aqui deste lado, todas as mensagens enviadas pelos governadores que passaram aqui pelo Palácio Iguaçu. Com críticas sim, mas com responsabilidade, em cima de responsabilidade, não com leviandade. Há uma diferença entre responsabilidade e leviandade. Aceito, tenho aceitado todas as críticas passivamente, tenho respondido dentro do que é possível responder, com os dados que recebo, porque não é por ser Líder do Governo que sou obrigado a saber tecnicamente se tem que ser três empreiteiras, como quer o Deputado Péricles, ele não quer três, ele quer seis...

(Vozes paralelas)

...também não sei se há um interesse por trás disto, que interesse exista...

O Sr. Luiz Claudio Romanelli - Concorrência pública, Deputado, transparência e bom uso do dinheiro público.

O SR. ALGACI TÚLIO - Dar-lhe-ei o aparte na hora certa, Deputado. Concorrência pública, licitação, isto tudo seu Governo não fez também e não vamos fazer desta maneira, não vamos copiar os erros do seu governo para vir aqui fazer a mesma coisa. Isto não. Os erros que foram praticados pelos Governos passados não vamos repetí-los não. Vamos procurar fazer a coisa correta dentro do que a legalidade permite.

O Governo Jaime Lerner não seria irresponsável de começar uma obra sem ter conhecimento de que poderia começar dentro de um projeto de emergência.

O Sr. Luiz Claudio Romanelli - E foi?

O SR. ALGACI TÚLIO - Peço, Senhor Presidente, acho que o Deputado Romanelli não tem ainda a devida experiência da Casa que quando alguém está falando...

(Vozes paralelas)

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - A palavra está assegurada ao orador que usa da tribuna e ele concede o aparte ao Deputado que realmente ele conceder.

O SR. ALGACI TÚLIO - Queria dizer, Senhor Presidente, Senhores Parlamentares, que não estamos fugindo em hipótese alguma a qualquer debate, tanto que estamos trazendo aqui na segunda-feira os técnicos da SUCEAM, da COMEC, do Meio Ambiente, da Secretaria de Obras, todos que tiverem envolvidos no processo para que cada um dos cinquenta e quatro Parlamentares possam colocar as suas posições.

Agora, não vamos fazer terror, não va-

mos fazer um cavalo de batalha em cima de uma obra tão importante para as quatro cidades, para as cinco cidades, Piraquara, Pinhais, São José e Curitiba, e ainda atingindo lá a região do Deputado Valdir Rossoni, que passa por Porto Amazonas, São Mateus, União da Vitória e vai para frente.

Por favor, esse Governo é responsável, esse Governo que represento aqui nesta casa tem responsabilidade. Esse Governo não vai admitir molecagem, não vai admitir imprudência, não vai admitir clima de terror em hipótese alguma; esse Governo vai agir dentro da responsabilidade, vai provar para os Senhores Parlamentares, os senhores técnicos terão obrigação de responder, de provar para os Senhores Parlamentares, não sou eu que tenho que provar, os senhores técnicos vão provar aos senhores, vão procurar provar que tudo está sendo feito dentro da legalidade. E isso os senhores podem ter certeza de que vai acontecer.

Poderia aqui fazer uma série, tinha até preparado uma sequência de respostas, mas prefiro que os técnicos respondam, que não fique pela minha palavra lida num discurso que preparei para fazer, para dar uma satisfação para este Plenário. Prefiro que eles venham aqui, como virá aqui amanhã o Secretário de Educação, como virá na outra semana o Secretário da Saúde, como virão na semana seguinte outros Secretários. Todos passarão pelo crivo dos Senhores Parlamentares, bem diferente, mas bem diferente do que acontecia, Deputado Zuk, nas gestões anteriores, nas Legislaturas anteriores aqui nesta Casa.

Queremos o diálogo franco, diálogo aberto, queremos a contribuição da oposição, a contribuição que sempre quisemos dar aos outros Governos, mas que nunca aceitaram, porque eram Deputados de oposição.

Então queremos deixar bem clara essa posição. Queremos governar sem rancor, sem ódio, sem injustiça, sem terror de lado nenhum, queremos que todos contribuam para que o Governador Jaime Lerner possa iniciar uma nova fase dentro do Estado do Paraná. Um Paraná que vai crescer, um Paraná que vai se orgulhar de cada um de nós Parlamentares e cada um de nós paranaenses; vai fazer como faz o gaúcho bairrista, bate no peito e diz: "eu sou paranaense". Uma terra de gente trabalhadora e de gente honesta.

O Sr. Luiz Cláudio Romanelli - Queremos aqui reconhecer, Deputado Algaci Túlio, que o Senhor tem tido a grandeza, como Líder do Governo, de tentar esclarecer todas as questões que envolvem o Governo Lerner. É claro, o Senhor não tem o monopólio da verdade e nem é possível que o

senhor conheça todas as informações do Governo.

O Deputado Ricardo Chab com muita propriedade levantou uma questão que é simples, se o senhor dirigir-se, ao sair da Sessão, ao meu gabinete, vou lhe mostrar o cronograma de execução de obras do PROSAN, especialmente do canal paralelo, ou extravasor, como o Governo tem chamado de paralelo. O senhor vai verificar que há um problema concreto das desapropriações. Um Deputado, quando sobe à tribuna da Casa e apresenta na verdade, verbaliza a angústia que uma população está passando, não está fazendo terrorismo; está trazendo um problema gravíssimo.

O SR. ALGACI TÚLIO - Mas não admito dizer que vai, amanhã, o cara amanhecer com a casa derrubada, porque o trator vai derrubar. Isso já é infantilidade.

O Sr. Ricardo Chab - Vossa Excelência me concede um aparte?
(Assentimento)

Deputado Algaci Túlio, acho o seguinte, não é infantilidade a partir do momento em que o Deputado traz aqui o anseio da população. Se você traz para esta Casa o temor da população, o desespero da população, porque não houve um contato prévio a título de explicar à comunidade quando é que será retirada, aonde será colocada, qual a localidade que eles irão morar, isso não é irresponsabilidade.

Gostaria que o Deputado anotasse o nome da dona Edília. O Senhor, como comunicador, amanhã ligasse para ela e discutisse com ela, durante seu programa ou até mesmo aqui nesta Casa, o pavor de 100 famílias.

Tenho feito reuniões seguidas, na região, até no sentido de tranquilizar a população. O que quero é evitar o confronto, e esse confronto vem caso a COMEC não tome providências. Solicitei hoje, fiz uso do horário da Liderança do PMDB, exatamente para levantar esse assunto no Parlamento e gerar essa discussão. Mas não aceito, da sua pessoa, que eu, na condição de Deputado e jornalista, estaria fazendo terror. Quem está sim fazendo terror são os técnicos da COMEC, que chegam à população carente e dizem: "Vamos lhe dar aquela lona preta", que o Senhor bem conhece e que também conheço.

O SR. ALGACI TÚLIO - Não admito, em hipótese alguma, que algum servidor do Estado tenha tamanha irresponsabilidade de criar uma situação dessas. Não admito, vou levantar esta questão. Agora, acho que este é o momento de todos colaborarmos, a não ser que Vossa Excelência seja contra a obra, a não ser que o Deputado Romanelli

espere que venha mais uma tempestade e leve o pouco do quase nada que tem esta gente.

Volto a repetir, espero que eles tenham a santa paciência e o pessoal da COMEC, o pessoal do Governo vai ter a santa paciência. Se tiver que parar o trabalho enquanto não houver a desapropriação, enquanto não houver a área, que tenho certeza a COMEC não está descuidada, não pode haver tanta irresponsabilidade assim, meu Deus! Será que vão começar a botar o carro na frente dos bois?

Concedo o aparte ao Deputado Cezar Silvestri.

O Sr. Cezar Silvestri - Deputado Algaci Túlio, acredito que como o Senhor mesmo falou no início de suas palavras, que foi criado um cavalo de batalha.

Agora o que é primordial, e acredito que seja a vontade de todos os Deputados, é dar total apoio a esta obra.

Acho que temos hoje que dar os parabéns ao Governador Jaime Lerner, na sua coragem e pela sua iniciativa. Com apenas um mês de Governo ele teve a coragem de iniciar uma obra que é o anseio de mais de 30, 40 anos da população de 5 municípios.

Sabemos que toda obra, toda mudança gera polêmica. É lógico que uma obra de emergência, que foi iniciada do dia para a noite, ela traz alguns problemas. Mas acredito que é fundamental que levantemos estas denúncias que o Deputado Chab está fazendo.

Já passei pelo Executivo, na Prefeitura de Guarapuava, lembro bem, que a maior dificuldade que tivemos nos seis primeiros meses de administração foi com relação aos funcionários que pertenciam a administrações anteriores, que tinham estabilidade e continuaram. Temos que levantar estas questões, porque quem diz que a COMEC não tem funcionários da administração anterior que estão pregando terrorismo.

É fundamental que levantemos estas denúncias do Deputado Ricardo Chab, para esclarecermos aos 54 Deputados.

Muito obrigado.

O Sr. José Maria Ferreira - Deputado, sentimos e reconhecemos o seu interesse em trazer luz a esta Casa e sobre os problemas que temos discutido. Mas não poderemos deixar de questionar o Governo e as lideranças que dão apoio ao Governo. E permita-me, com todo respeito, com todo carinho, tenho aprendido a respeitá-lo, não podemos ser chamados de irresponsáveis, quando um Deputado Péricles, traz aqui, documentos que comprovam quando a transparência do Governo fica arranhada, nessas condições, porque transparência não tem meia transparência, Deputado. Transpa-

rência tem por inteiro, tem que ter licitação, projeto de execução e não temos certeza se o dinheiro público que está sendo investido ali, vai ter a devida resolução do problema. Não temos projeto hidrológico, não temos, sequer, um mapa da região. O Governo está usando uma escala do DNER de 15 anos atrás. Nós não temos informações para saber se o que o Governo está fazendo ali está certo. Nem simulação tem do que vai acontecer.

A situação, acima da Av. das Torres, é um negócio que não se sabe o que acontecerá com essa obra. Então é necessário que possamos ter, aqui, a discussão do problema. Às vezes um ou outro pode avançar o sinal da boa convivência, mas esta questão é necessária que coloquemos nos devidos lugares para que tenhamos a certeza de que o dinheiro público está bem resguardado. E o Governador Lerner tem responsabilidade e não faria essa obra, simplesmente, para dizer que fez e não teve resolutividade. Mas, cabe a nós fazer essa fiscalização. Por isso é de extrema importância as questões que estão sendo levantadas aqui, como foi do IPVA, como foi com outras que surgiram aqui.

Espero que o Governo possa ter as respostas e que elas sejam convincentes. Que elas venham elucidar e não mais trazer polêmicas sobre a questão.

O SR. ALGACI TÚLIO - Agradeço Deputado José Maria e pode ter certeza de que tudo está sendo feito dentro do que permite a questão da emergência, como aconteceu com outros municípios. E o Governador está devidamente calçado na legalidade e que, certamente, os técnicos vão procurar esclarecer a cada um dos Senhores na próxima segunda-feira, às 11 horas, no Plenarinho da Assembléia Legislativa.

É um debate de muita importância para todos os Parlamentares, para esta Casa e uma demonstração de que nós estamos com a consciência tranqüila. Que acho que quem governou Curitiba por 3 vezes, quem transformou uma cidade, quem fez um Estado ser conhecido a nível internacional através da sua capital, não iria se sujeitar, por causa de uma obra, a fazer qualquer ato de ilegalidade. Isso não faz parte da idoneidade, da honestidade do ex-Prefeito Jaime Lerner.

De qualquer maneira vamos debater, vamos analisar e quero que coloquem e questionem os técnicos. Afinal de contas são pagos pelo dinheiro dos impostos que pagamos para fazer o serviço. E nós, Parlamentares, somos pagos para fiscalizar. Ninguém está proibindo fiscalização. Agora, responsabilidade, acima de tudo.

O Sr. Luiz Carlos Alborghetti - Permite-me

um aparte?

(Assentimento)

Estou analisando aqui. O Deputado Ricardo Chab trouxe uma denúncia de fundamental importância que não é terrorismo, é uma preocupação de moradores, de determinados bairros, com determinados elementos que querem provocar o terrorismo em cima do Governo do Estado do Paraná. Agora, queria deixar patenteado a esta Casa, que noto no Deputado Algaci Túlio, uma paciência, não houve agressividade e isso que é importante na Liderança do Governo...

O SR. ALGACI TÚLIO - Só me permite, quero aproveitar e até me penitenciar, Deputado Chab, se eu, talvez, na minha explicação, tenha entendido de que eu o chamei de irresponsável.

Quero dizer que não admito a irresponsabilidade de um funcionário da COMEC ir a um lugar desses levar o terror. Talvez não tenha sido devidamente bem entendido, não tenha sabido me colocar nesta posição. Mas em hipótese alguma quis chamá-lo de irresponsável.

O Sr. Luiz Carlos Alborghetti - Vossa Excelência deixa eu complementar, Deputado?

(Assentimento)

É porque nas administrações passadas V. Exa. trouxe uma série de denúncias a esta tribuna e do lado de lá quando não era o Deputado Caíto, era o Deputado José Tavares que ocupavam a tribuna e rebatiam, pediam provas, etc.

Então, vejo, desse lado de cá o Deputado Péricles trazendo uma denúncia que achei gravíssima, gravíssima e hoje vejo o Deputado Ricardo Chab dizendo que determinados elementos estão praticando o terrorismo, talvez para agitar a administração do Governador Jaime Lerner.

Mas quero por outro lado deixar patenteado a esta Casa que hoje passei a lhe admirar muito mais ainda, porque hoje o Senhor demonstrou com raciocínio, com carinho, que vai trazer a esta Casa, a Comissão, os homens que estão ligados ao Governo, que estão fazendo o Canal e para que eles sejam, para que haja um debate aqui.

Então, é isto. Já que isto não aconteceu anteriormente nos Governos passados, já que está se propondo aqui uma nova filosofia dentro deste Congresso, então acho de fundamental importância. Quero parabenizá-lo, Deputado, que V. Exa. vai trazer um grupo de homens para dar resposta ao Deputado Péricles que a denúncia é gravíssima e dar resposta ao Deputado Ricardo Chab. Então isto que é importante. É o diálogo. E o que é mais importante é que V. Exa. deixou patenteado nesta tribuna

que V. Exa. com muita dignidade e muito respeito está aí para defender o Governo Jaime Lerner que está tentando plantar no Paraná Novos Caminhos.

Muito obrigado.

O SR. ALGACI TÚLIO - Agradeço, Deputado Alborghetti, acho que até não se qualifica como defesa do Governo, mas esclarecimentos em nome do Governo, porque o Governador Jaime Lerner, graças a Deus, não está precisando de defesa, não está sentado no banco de réus como outros Governadores.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Encerrado o Horário do Expediente. Passamos à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 50 Senhores Deputados.

Sobre a mesa, expediente subscrito pelos Senhores Deputados Ângelo Vanhoni, Sérgio Spada, Caíto Quintana, Rossoni, Cezar Silvestri, Nelson Justus e Élio Rusch, respectivamente na qualidade de Líderes dos Partidos PT, PP, PMDB, PDT, PSDB, PTB e PFL, constante do expediente, indicando os Senhores Deputados para integrarem a Comissão Especial do MERCOSUL. À Diretoria Legislativa, para anotar.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Sérgio Spada, constante do expediente. Necessita apoioamento. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Basílio Zanusso, constante do expediente. Necessita de apoioamento. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Ângelo Vanhoni, constante do expediente. Necessita de apoioamento. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projetos de resolução em nº de 02 (dois) de autoria do Senhor Deputado Irineu Colombo, devidamente apoiados, constantes do expediente. À Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados:

ITEM 01

2.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 047/95, de autoria do Deputado Orlando Pessuti, que declara de Utilidade Pública a Fundação Hugo Simas, com sede e foro na Cidade de Curitiba. COM PARECER FAVORÁVEL da C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 02

2.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 074/95, de autoria do Deputado Toti Colaço, que declara de Utilidade Pública a

Ação Social São João Batista, com sede e foro na Cidade de Imbituva. COM PARECER FAVORÁVEL da C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Sobre a mesa, Requerimento n° 676, de autoria do Senhor Deputado Luiz Carlos Alborghetti, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 711, de autoria do Senhor Deputado Anibal Khury, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s 678, 679, 680 e 681, de autoria do Senhor Deputado Luiz Carlos Zuk, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s 682 a 690, 692 e 693, de autoria do Senhor Deputado Luiz Carlos Martins, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n° 694 e 695, de autoria do Senhor Deputado Walmor Trentini, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s 696 a 699, de autoria do Senhor Deputado Nelson Garcia, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 700, de autoria do Senhor Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 701, de autoria do Senhor Deputado Caíto Quintana, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 702, de autoria do Senhor Deputado Edgar Bueno, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s 704 e 705, de autoria do Senhor Deputado Ângelo Vanhoni, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s 706 e 707, de autoria do Senhor Deputado Péricles Mello, constantes do expediente. **Em discussão.**

O SR. ALGACI TÚLIO (Pela Ordem) - Para discutir, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do art. 155, do Regimento Interno.

Requerimento n° 708, de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 712, de autoria do Senhor Deputado Basílio Zanusso, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 713, de autoria do Senhor Deputado Emerson Nerone, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 675, de autoria do Senhor Deputado Emerson Nerone, constante do expediente de sessão anterior. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s 668 e 669, de autoria do Senhor Deputado José Tavares, com apoio do Senhor Deputado Luiz Carlos Alborghetti, constantes do expediente de sessão anterior. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 672, de autoria do Senhor Deputado Irineu Colombo, constante do expediente de sessão anterior. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 664, de autoria do Senhor Deputado Emerson Nerone, constante do expediente de sessão anterior. **Retirado pelo autor.**

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para quinta-feira, dia 06, às 10:00 horas, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

- 1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n°s 065, 073, 077 e 022/95.

Levanta-se a sessão.